

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA DÉCADA DE 60

Afonso Celso Scocuglia



Nota do organizador: transcrito de SCOCUGLIA, Celso. *Educação de jovens e adultos: histórias e memórias da década de 60*. Brasília: Plano Editora, 2003. p. 79-160.

CAPÍTULO II

A CRUZADA ABC CONTRA O SISTEMA PAULO FREIRE E A ESQUERDA NO PÓS-GOLPE DE 1964

Apresentação

O golpe civil-militar de 1964 representou um “divisor de águas”, em termos políticos, sociais, econômicos e culturais, para todos os brasileiros. A esperança de profundas reformas, alimentada por grupos “progressistas” e “de esquerda”, foi fortemente torpedeada pelos que viam na continuidade do Estado nacional-populista uma ameaça aos interesses próprios e de seus aliados internos e externos.

Depois do golpe, os Inquéritos Policiais Militares (IPM) vasculharam a vida dos “subversivos” – estudantes, professores, católicos progressistas, comunistas... –, integrantes dos chamados movimentos de cultura popular e educação popular. Enquanto isso, com o apoio do Estado militar e da Aliança para o Progresso (Usaid), religiosos protestantes norte-americanos encetaram uma vigorosa reação ao legado político-pedagógico progressista de esquerda, especial e especificamente contra a disseminação do Sistema Paulo Freire de alfabetização de adultos.

Nesse sentido, o estado da Paraíba foi tomado como um modelo da implantação e da expansão da Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC) no Brasil. Quase todos os municípios paraibanos foram invadidos por um movimento coordenado localmente por uma das principais dirigentes regionais da ABC, entidade sediada em Recife. Nunca houve tanto investimento em alfabetização como no programa desenvolvido pela Cruzada antiesquerda e antiprogressista. Pode-se afirmar que, assim como o Sistema Paulo Freire foi oficializado pelo Estado populista nos últimos meses de 1963, após o movimento golpista a Cruzada ABC (1964-1969) projetou-se como o braço pedagógico do Estado Militar, tomando-se, posteriormente, uma das forças embrionárias da formação do Mobral. A ABC tentou inclusive demonstrar, sem êxito, que poderia vir a ser um movimento disseminado em todo o território nacional.

Reconstruir essa trajetória histórico-educacional foi a principal busca deste nosso trabalho. Embora aqui a história da Cruzada ABC apareça isoladamente, na verdade, a pesquisa original (correspondente a nossa tese de doutorado) incluiu também as histórias do Sistema Rádio Educativo da Paraíba (Sirepa), que abre este livro, e a Campanha de Educação Popular da Paraíba (Ceplar), objeto de outra publicação.

A seguir, o leitor está convidado a acompanhar a trajetória político-pedagógica da reação da Cruzada ABC contra o Sistema Paulo Freire e a favor das determinações do Estado Militar no Brasil pós-1964.

1. As origens e a instituição da Cruzada ABC

As missões protestantes estabeleceram-se no Brasil desde o final do século XIX e principalmente depois da 2ª Guerra Mundial, destacando-se, entre outras, a Metodista Episcopal, a Batista, as Presbiterianas (do Norte e do Sul), as Congregacionais, todas com sede nos Estados Unidos.¹

Em 1965, como parte do trabalho dos protestantes, oficializou-se a Cruzada de Ação Básica Cristã como um movimento de educação de jovens e adultos, sustentada por um acordo² entre a Usaid, o Colégio Agnes Erskine (Recife) e a Sudene. A capital pernambucana era o centro de onde as ações irradiavam-se para o Nordeste³. Este trabalho foi apoiado pela Diretoria das Missões para o Mundo, por meio do Subcomitê para a América Latina.

Um dos seus documentos declara:

¹ O protestantismo, como opção diversa do catolicismo, no Brasil, remonta aos anos de 1930. Desde então, os católicos se preocupam com a "perda do rebanho" para os protestantes, em maior número para os batistas e os presbiterianos. Entre esses, grupos de jovens destacaram-se em encontros, congressos e seminários, desde a segunda metade de 1950. Nesse sentido, a juventude protestante ganhou muitos adeptos, tendo vários de seus pastores filiados ao PCB e membros entre os líderes das Ligas Camponesas (Novaes, 1980).

² Boletim Informativo da Missão Presbiteriana do Norte. Recife, 1965.

³ Desde os primeiros anos da década de 1960, muitos técnicos norte-americanos trabalhavam em Recife. "Era um pessoal de camisas de mangas curtas, sem paletó, gravatas borboletas, pencas de canetas no bolso, cadernos de notas amarelados, arranhando o português, misturado ao espanhol. Todos simpáticos, sorridentes, pontuais nos encontros, na maioria com cara de meninos, leitores assíduos dos jornais da região, atentos aos pronunciamentos de bispos, dominando o vocabulário do Pe. Joseph Lebret, o.p. e às estatísticas cepalinas de Celso Furtado. Podiam não ser fuzileiros, mas pareciam prontos para a batalha nos trópicos. (Fernandes; Terra, 1994, p. 40)

[...] o objetivo do programa intensivo educacional-comunitário da Cruzada ABC, é capacitar o homem analfabeto-marginalizado, a ser participante na sua sociedade contemporânea, como contribuinte do desenvolvimento socioeconômico e receptor de seus bens.⁴

No entanto, o trabalho na área de alfabetização de adultos havia começado três anos antes da sua oficialização, com a distribuição das cartilhas *Ler, Saber* e da *Cartilha ABC*. Essas cartilhas foram confeccionadas nos anos de 1950, sendo utilizadas em larga escala pela Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos e, também, pelo MEB, e foram reabilitadas a pedido do governo federal, durante o Plano de Emergência,⁵ por uma equipe da Promoção Agnes em convênio com o governo Cid Sampaio (1959-1963), de Pernambuco.

A Promoção Agnes, embrião da ABC, foi um programa de educação primária, liderado pelo Departamento de Extensão Cultural do Colégio Evangélico Agnes Erskine⁶ e que ganhou o apoio do governo estadual para atuar em bairros pobres de Recife. O programa experimental durou cinco meses e, segundo dados do Colégio, completaram o curso 1.180 dos 2.079 matriculados.⁷ Foi mantido pelas verbas do convênio Sudene-Usaid-Estados Nordestinos, a exemplo do que também ocorreu na Paraíba com o Sirepa.⁸ Esse programa, realizado com êxito, segundo seus promotores, deveria ser expandido por toda a capital pernambucana e, depois, para todo o Estado.

Em 1963, Miguel Arraes assumiu o governo de Pernambuco, apoiado numa campanha fortemente antiimperialista e tendo no Movimento de Cultura Popular (MCP) um contribuinte decisivo para sua eleição.⁹ Entre a assunção de Arraes e o golpe de abril de 1964, os projetos dos missionários protestantes norte-americanos de interferir na educação básica e especialmente na alfabetização dos adultos foram suspensos, assim como a Promoção Agnes. No entanto, ao contrário dos outros aqui estudados, foram retomados e, até mesmo, fortalecidos:

⁴ Cruzada ABC. *Objetivos da Cruzada ABC*. Recife, 1965. As centenas de páginas desse documento registram parte significativa das ações da ABC. Trata-se de um documento interno da direção, não destinado à publicação.

⁵ Vide Capítulo I.

⁶ Esse colégio foi fundado em 1904, em Recife, sendo mantido pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e tendo entre seus objetivos fundamentais a evangelização (Prestes, 1984, p.116).

⁷ O projeto-piloto da atuação da Cruzada foi executado antes mesmo que se protocolasse o acordo cooperativo Sudene-Usaid-Agnes, já referido.

⁸ Vide Capítulo II.

⁹ Sobre a educação no governo Arraes, vide Souza, João Francisco, 1987.

Imediatamente depois da revolução de 31 de março de 1964, os mesmos líderes reuniram-se no Colégio Agnes Erskine e fizeram o planejamento de um programa extensivo de educação de base de adultos. Esta promoção foi sujeita a uma experiência laboratório de um plano piloto utilizando os bairros de Pina e Brasília Teimosa, na cidade do Recife. Em virtude da avaliação positiva deste plano piloto, foi lançado um grande programa em janeiro de 1966 nos três Estados de Paraíba, Pernambuco e Sergipe.¹⁰

A Cruzada ABC pretendia contestar política e pedagogicamente os programas anteriores de alfabetização de adultos, particularmente o Sistema Paulo Freire, adotado oficialmente pelo governo deposto.

O apoio e a convergência de propósitos que os movimentos de alfabetização de adultos "progressistas" haviam encontrado no governo Goulart, a Cruzada ABC iria encontrar nos governos militares, na segunda metade dos anos 1960. Os obstáculos à sua ação, anteriores ao golpe, ou seja, os movimentos "progressistas de esquerda" com seu centro irradiador, e ainda o governo Arraes, em Pernambuco, desapareceram, de modo que o projeto ABC podia ser colocado em prática.

A sintonia política com os novos detentores do poder no Estado era apresentada com ênfase pela ABC. Um dos seus mentores, referindo-se à decretação do Ato Institucional nº 1 (AI-1), declarou:

Os líderes militares brasileiros que se voltaram contra a corrupção e o comunismo na Revolução de 31 de março de 1964, voltaram-se novamente em outubro de 1965, para tornar medidas mais fortes. (William, 1965, p. 105)

Nessa perspectiva, a Cruzada estava pronta para o combate, inspirando-se nos preceitos religiosos que embasavam a "missão" dos protestantes:

Cruzada é a palavra do dia no Brasil. Nós da Igreja Evangélica estamos engajados em grandes cruzadas para o evangelismo, alfabetização e o desenvolvimento do homem de acordo como Deus deseja que ele seja. No Norte, Nordeste do Brasil, com 23 milhões de

¹⁰ Cruzada ABC, op. cit., p. 2.

habitantes, problema de massa como doença, pobreza e analfabetismo, todas as forças devem se unir para combater. (William, 1965)

A partir desses pressupostos, sua primeira presidente (e diretora do Colégio Agnes Erskine) pleiteou a ajuda financeira da Usaid e a "autorização" da Sudene para atuar no Nordeste.¹¹ Anexo ao pleito seguiu o anteprojeto do convênio Sudene-Usaid-Agnes-Cruzada ABC, além do Plano de Ação da Cruzada ABC.¹² Tanto o anteprojeto como o Plano, fundavam-se nos acordos bilaterais Brasil-EUA e, em especial, nas resoluções de Punta del Este (Uruguai, 1961) que embasaram as ações da Aliança para o Progresso, no sentido da erradicação do analfabetismo entre os adultos.

Diante disso, impunham-se as seguintes medidas principais:

Acabar com o analfabetismo, como passo inicial para o desenvolvimento e progresso do Brasil, para a paz política e social e para o bem estar de todos [...]. Estender a educação de adultos e a educação fundamental básica pelos Estados nordestinos, através de um curso intensivo [...] nas escolas supletivas gratuitas de caráter popular.¹³

O mesmo documento trazia a concepção de analfabeto adulto, que não se restringia à leitura e a escrita, mas também englobava aqueles "que não conhecem os rudimentos da cultura a que pertencem". Seria considerado alfabetizado o indivíduo que soubesse ler um jornal comum e dominasse aproximadamente duas mil palavras e seus significados.

Quanto à possibilidade de exploração política dos milhões de analfabetos nordestinos (59,83% da população entre 15 e 35 anos, conforme o Censo de 1960 do IBGE), a Cruzada manifestava sua preocupação:

No Nordeste do Brasil, [existem] cerca de 9.440.000 adultos analfabetos [...] vivendo em condições subumanas. Politicamente eles são matéria-prima para a exploração de extremistas. Sob o ponto de

¹¹ Ofício da presidente da ABC à Diretoria de Cooperação da Sudene. Recife, 3/5/1965.

¹² Plano de Ação da Cruzada ABC. Recife. s/d.

¹³ Exposição de motivos do convênio citado. Recife, 1965, p. 1.

vista social, não têm condições para integrar-se de modo satisfatório, numa sociedade democrático-industrial.¹⁴

Observa-se quanto (e como) a alfabetização estava associada ao projeto político de combate aos grupos de esquerda que atuavam antes de abril de 1964 (tratados como "extremistas"). O conteúdo da ação seria o mesmo, mas em direção oposta: formar cidadãos eleitores integrados à sociedade e à nova ordem, e com outra consciência da "realidade nacional". Apesar de, em diversos documentos, a ABC referir-se à democracia, sua proximidade com os governos militares era notória e aberta.

Por meio desses instrumentos de cooperação internacional e com base nessas intenções (alfabetizar para integrar os adultos na sociedade do pós-golpe), a Cruzada pretendia atingir um milhão de analfabetos (numa primeira fase) e escolarizar pelo menos 25% num curso básico/primário.

Empalmando a bandeira da Usaid de "cooperação para o desenvolvimento econômico", inatingível sem um mínimo de instrução e profissionalização, ou seja, sem um mínimo de educação sistemática, a Cruzada ABC encaixou-se nos propósitos estatais para a educação brasileira. Mas, a Cruzada ia além: queria formar uma consciência "democrática e cristã", que combatesse a "exploração política dos grupos extremistas" e colaborasse para concretizar os objetivos da Revolução de 1964. Entre estes, destacavam-se a eliminação dos grupos de esquerda que atuavam no campo educacional e a ocupação dos seus espaços de atuação. No caso específico da Paraíba, a convite do próprio secretário de Educação e Cultura do Estado,¹⁵ a ABC preocupou-se em combater o Sistema Paulo Freire utilizado pela Campanha de Educação Popular (Ceplar) e substituir o projeto político-pedagógico até então desenvolvido.

Nos cinco anos de sua efetiva atuação (1966-1970), a ABC atingiu milhares de alunos. No primeiro semestre de 1968, conforme demonstra a Tabela 1, atuava em sete estados.

¹⁴ Cruzada ABC. *Melhoramento e ampliação do sistema de alfabetização de adultos no Nordeste do Brasil*. Recife, 1965. p. 2.

¹⁵ Depoimento oral de Lídia Almeida de Menezes, colhido em 15/5/1996. Vide o próximo tópico deste capítulo.

Tabela 1
Número de alunos e professores da ABC por estado (1º semestre de 1968)

| Estado | Alunos | Professores |
|----------------|--------|-------------|
| Alagoas | 1.300 | 100 |
| Rio de Janeiro | 4.078 | 340 |
| Sergipe | 6.291 | 323 |
| Ceará | 7.912 | 561 |
| Pernambuco | 44.889 | 2.181 |
| Guanabara | 63.253 | 700 |
| Paraíba | 67.859 | 2.509 |

Fonte: Paiva, 1987, p. 349.

Note-se que o número de alunos da ABC na Paraíba é 51% maior que o de Pernambuco (sede central da Cruzada), igualando-se ao estado da Guanabara (incluindo sua capital, Rio de Janeiro).

Do total de alunos da Cruzada ABC, em todo o País, aproximadamente 75% foram matriculados na primeira fase (alfabetização). Em 1969, os dados da Cruzada registravam 298.422 matriculados nas classes de alfabetização, durante um semestre letivo.

Em suma, na segunda metade dos anos 1960, além das capitais dos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Guanabara, Rio de Janeiro, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Goiás e do Distrito Federal, a ABC atuou em 254 municípios, 136 dos quais eram paraibanos, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2
Número de municípios de atuação da Cruzada ABC por Estado

| Estado | Nº de municípios |
|----------------|------------------|
| Pernambuco | 25 |
| Rio de Janeiro | 40 |

| | |
|----------------|-----------------------|
| Paraíba | 137 (87,3% do Estado) |
| Ceará | 20 |
| Sergipe | 10 |
| Alagoas | 3 |
| Bahia | 17 |
| Minas Gerais | 1 |
| Espírito Santo | 1 |

Fonte: Cruzada ABC. *Ano internacional da Educação*. Recife, 1970. p .7-8.

2. O embrião, as lideranças e as ações na Paraíba

A Cruzada ABC encontrou na Paraíba um movimento embrionário de alfabetização de adultos liderado por evangélicos protestantes, que praticavam o "Método Laubach". Sua líder integrava o Instituto Bíblico Betel (entidade mantida pelas igrejas protestantes norte-americanas) e, em 1963, trabalhava com um grupo de domésticas num bairro de João Pessoa.

Eis seu depoimento:

Na minha luta para fazer o trabalho evangélico, social, descobri um bairro de João Pessoa, Varjão, onde trabalhava com mulheres analfabetas. E, neste trabalho, descobri que era impossível ajudar essas mulheres sem que elas aprendessem a ler, dependia de conhecer o alfabeto, inclusive para o trabalho evangélico, para ler a Bíblia. Fiz um curso pelo Método Laubach, dado em Recife, que foi usado por evangélicos que queriam alfabetizar, e aprendi o método rápido [...]. Nessa época, Paulo Freire também iniciava com seu método e dava cursos. Fui fazer, e fui vendo que sua proposta de ensino, de metodologia era totalmente política, e tentava conscientizar os adultos a tomar uma posição contra sua situação de pobreza e de reagir contra o governo, então a propaganda naquela época era Cuba, cooperação com a Rússia, e trazer o modelo pra cá [...]. Aquilo me revoltou! Uma ideologia comunista, que agia contra Deus, e achei que devia tomar uma posição.¹⁶

¹⁶ Depoimento de Lídia Almeida de Menezes (ao autor).

A primeira providência de Lídia Almeida foi procurar um dos líderes do governo Gondim, deputado Otávio Mariz (seu primo) e, por meio dele chegar ao secretário de educação do estado, Nominando Diniz, a fim de conseguir apoio para um programa de reação ao que considerava "comunista" e "subversivo". Na sua avaliação do Método Paulo Freire e, por extensão, do governo Goulart, acrescenta:

O Brasil estava sendo entregue a um sistema de educação de adultos, Método Paulo Freire, que queria preparar a pobreza para agir contra o governo, pensando que por esse meio iriam conseguir uma prosperidade na vida política e social, quando na verdade não é esse o caminho. Uma guerra civil sempre traz muitos problemas para um país.¹⁷

Em contato permanente com os membros das igrejas protestantes que dirigiam o Colégio Agnes Erskine (e, depois, a Cruzada ABC), com deslocamento constante no eixo João Pessoa/Recife, a futura diretora da ABC na Paraíba foi amadurecendo seu projeto.

Ao desafiar, novamente, o líder do governo na Assembléia Legislativa a fazer "alguma coisa" contra o "perigoso método" que podia "comunizar" o País, foi também desafiada: "E você, como missionária, o que está fazendo para salvar o Brasil?"

Estou tentando aplicar, adaptando, o Método Laubach e as mulheres estão tendo grandes resultados. Já trabalho há dois meses e acho que mais dois meses estarão sabendo ler e escrever, porque quando chegam ao ponto de lerem a Bíblia é porque já estão com a capacidade mesmo.¹⁸

Apresentada ao secretário Diniz, encontrou a receptividade esperada. O diálogo travado com o titular da SEC-PB faz parte do seu depoimento:

Diniz: Lídia, você quer assumir um programa de alfabetização de adultos na Paraíba, em contraposição ao Método Paulo Freire?

Lídia: É um desafio muito grande. O Método Paulo Freire já está com apoio nacional. Aqui já tinha um programa.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

Diniz: Por aqui já tem um sendo usado, mas eu como católico que sou, a minha oposição é declarada contra essa metodologia que ele usa. Mas, não posso fazer nada como secretário, a não ser colocar outro método que alcance os mesmos objetivos, em contraposição.¹⁹

Para encarar o desafio, a líder protestante foi colocada à disposição (era professora estadual), ainda em 1963, do próprio gabinete do titular da SEC/PB, com o objetivo precípua de organizar uma campanha de alfabetização em oposição ao trabalho desenvolvido pela Ceplar. Durante três meses, Lídia Almeida procurou sistematizar sua experiência realizada com as mulheres do bairro do Varjão (João Pessoa).

Pois bem, nesses três meses eu clamei a Deus, e formalizei minha experiência, depois pensei nos poucos recursos, então pensei numa mobilização comunitária, que foi o segredo da nossa campanha. Tinha como alvo conseguir o apoio do povo, voluntariamente, sem perceber dinheiro e alfabetizar gratuitamente, treinar líderes. Eu mesmo daria um treinamento gratuito para os supervisores que iriam me auxiliar a executar o programa e mobilizar a comunidade fazendo visitas de casa em casa, de bairro em bairro, convocando as mulheres. Comecei a sondar se havia interesse. Revelaram muito interesse e, então, escolhi líderes que tinham amor, que não visavam dinheiro, porque o Brasil estava em crise com Goulart nos meses antes da Revolução, a crise era grandiosa, então não haveria possibilidade conseguir recursos. Essa motivação foi ótima.²⁰

Escolhidas e treinadas as pessoas que iriam supervisionar o processo de alfabetização e multiplicar a metodologia proposta para trezentos professores, muitos contratados do próprio Estado para atuar à noite, começava a se desenvolver a infraestrutura da Campanha Evangélica de Alfabetização (CEA) que, a partir de janeiro de 1966, seria encampada pela Cruzada ABC.

Na solenidade de entrega de diplomas aos professores treinados (janeiro de 1964), eu requisitei o Teatro Santa Roza, com a presença do governador, líderes do governo, e fiz uma apresentação pública bem decente que chamou a atenção e convidei muitos evangélicos, líderes, padres, líderes religiosos, para sentirem o alcance de um trabalho amplo, social, e que ia alcançar as pessoas carentes. Foram formados, por mim, 30 supervisores, que treinaram 300 professores alfabetizadores, com no mínimo o segundo grau de instrução. O treinamento foi realizado nas escolas públicas de João Pessoa, no período noturno. Enquanto isso o plano, solicitado por Nominando

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem.

Diniz, já tinha sido aprovado e eu já estava em ação, com apoio da SEC-PB.²¹

Como se pode notar, enquanto os evangélicos que dirigiam o Colégio Agnes Erskine, de Recife, enfrentavam dificuldades intransponíveis em relação ao governo Arraes, o embrião da ABC na Paraíba já atuava.

Conquistado o apoio do governo (que gradativamente se afastava da Cepilar), os primeiros meses de 1964 exigiram esforços coordenados a partir da Divisão de Adultos, o Departamento de Educação de Base da SEC/PB, da qual Lídia Almeida fazia parte.

Uma das ações iniciais da "pré-ABC" concentrou-se no material didático usado nas primeiras classes: a Cartilha ABC, de 1962. A esse respeito, todavia, a líder evangélica, esclarece:

O importante não eram as cartilhas, mas o método que eu iria aplicar aproveitando textos já escritos para analfabetos, mas que não tinham sido usados e seriam adaptados para os adultos [...]. Meu método exigia cartazes e eu, pessoalmente, os preparei. Não tinha recursos para pagar nada. Fiz os cartazes e os levei à União. Convenci os trabalhadores da gráfica sobre a importância daquilo, indagando se não queriam colaborar nesse programa cívico e, no tempo previsto, os cartazes estavam prontos. Eu sei que os resultados foram excelentes e em quatro meses estava entregando diplomas.²²

A "pré-ABC" já podia ser considerada, apesar do curto prazo de sua existência, uma "campanha" de alfabetização: professores treinados atuando, material didático sendo usado e respaldo da SEC/PB.

No mês de março de 1964, a "pré-ABC" solicitava a convocação de dez mil professores e continuava a desenvolver as primeiras experiências em João Pessoa. Sua líder "já estava em contato com os municípios, onde havia o interesse dos prefeitos, que cederiam pessoal da própria secretaria do município e, assim, pudesse iniciar a campanha comunitária mais fácil."²³

À proporção que os conflitos no campo e na cidade iam se agudizando, a campanha avançava. Contratar dez mil professores pelo Estado parecia ousadia ou

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

exagero. O próprio representante do MEC na Paraíba declarara só ter recursos conveniados previstos para o Método Paulo Freire (aplicado pela Ceplar). Ao mesmo tempo, a coordenadora da "pré-ABC" era desafiada, segundo ela, pelas integrantes do Departamento de Educação de Base da SEC/PB, que não entendiam a rejeição das propostas de Freire em proveito de um método (Laubach) ainda não testado. Mostrando sua convicção, a líder protestante retrucara:

Paulo Freire, não! Porque é uma politização muito barata! Aí, me lembrei de uma das suas (de Paulo Freire) aulas, onde se apresentava uma panela, aqui está o graveto que acende o fogo. Alguém pergunta: o que tem dentro dessa panela? Nada, pobre nunca tem nada na panela. E qual é a causa? Ia-se, então, aos problemas políticos brasileiros, que necessitavam grande mudança. Ai se apresentavam as vantagens do sistema de alfabetização de Cuba, que tinha erradicado o analfabetismo etc. Mesmo contra os Estados Unidos, que dominavam o Brasil e eram causadores desses problemas, mas Cuba tinha se libertado. Para mim isso era uma politização barata! Feita nas próprias aulas!²⁴

No entanto, a necessidade de explicar porque não aplicava a "conscientização" de Paulo Freire cessou em abril de 1964. A campanha liderada pela missionária protestante e o seu posicionamento, enquanto líder religiosa e educacional, figuravam entre os vencedores. As verbas, por exemplo, antes destinadas à Ceplar, foram repassadas para o pagamento dos integrantes da campanha de alfabetização de adultos liderada pelos protestantes. Lídia Almeida, logo após o golpe de 1964, foi novamente procurada pelo representante do MEC na Paraíba, que pedia informações sobre o planejamento, o número de classes, a programação em desenvolvimento. Segundo informava, havia muito dinheiro (destinado à aplicação do Método Paulo Freire pela Ceplar) e precisava utilizá-lo "senão o Exército podia desconfiar".²⁵

Com as verbas que deveriam ter concretizado o avanço da Ceplar, a "pré-ABC" ganhou maior dinamicidade, de modo que, nos anos de 1964 e 1965, pretendia alfabetizar milhares de pessoas em toda a Paraíba. A prioridade da SEC/PB, que antes se concentrara no Sirepa, mudava gradativamente para a campanha de alfabetização da Cruzada.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Palavras do representante do MEC, reproduzidas por Lídia Almeida de Menezes, em depoimento já citado.

Enquanto isso, os contatos com os líderes evangélicos em Recife avançavam. Segundo Lídia Almeida, os primeiros contatos foram feitos em 1963.

Logo quando começamos as primeiras turmas aqui, a ABC estava começando em Recife. E eu, por ser evangélica, era muito amiga do seu fundador, Pierre Dubose. Fui a Recife e mostrei o meu programa com o apoio do governo, e eles estavam ansiosos para entrar. Por que em Pernambuco estava Arraes patrocinando o Método Paulo Freire, então ficaram ansiosos para entrar junto ao governo da Paraíba e, então, eu fui lutar para conseguir.²⁶

Os entendimentos com a ABC resultaram na primeira fase de apoio ao trabalho paraibano, selando a intenção explícita de atuar em toda a Paraíba com o aval e a infraestrutura do governo estadual. Ainda mais, quando se anunciava a transição da política paraibana, que passaria a ser conduzida por João Agripino Filho²⁷, líder civil das forças que deram o golpe em 1964.

Já com o novo governo instalado e a perspectiva concreta de ser o trabalho encampado pela ABC, surgiram empecilhos na própria SEC/PB, comandada por um católico (monsieur Vieira). Segundo a líder, este não aceitava um programa prioritário nas mãos de protestantes, cada vez mais influentes na SEC/PB e com explícito apoio do governador. A eleição do secretário Vieira, poucos meses depois, para a Câmara Federal, removeu o empecilho.

Transposto esse entrave, começou a consolidar-se a força da representante da ABC nas diretrizes da SEC/PB:

No tempo de Mons. Vieira, eu era chefe de divisão e agia dentro do Departamento de Educação de Adultos, mas despachava direto com o Secretário. O novo Secretário, quando assumiu, disse que só despacharia com os chefes de Departamentos. Eu pedi a palavra e disse que não era possível, porque eu também representava a Cruzada ABC, além da Divisão de Educação de Adultos, e não podia deixar esse convênio nas mãos de ninguém. O convênio era muito amplo, com muitos recursos e não podia deixar nas mãos de quem não tinha capacidade e não compreendia o espírito da ABC.²⁸

²⁶ Ibidem.

²⁷ Sobre a educação nos governos Gondim (1961-1965) e Agripino Filho (1966-1970), vide tópico 3 do Capítulo I.

²⁸ Depoimento de Lídia Almeida de Menezes, já citado.

Era estratégia da própria Cruzada e da sua líder paraibana adquirirem crescente poder dentro da SEC/PB, com vista à expansão do programa para todo o Estado. O novo secretário solicitou, então, um planejamento completo de toda a programação a ser implementada pela Cruzada ABC na Paraíba, a partir da campanha já em andamento. Aprovado o plano, era o momento de consolidar o apoio completo da ABC, contando com a autoridade/prestígio dentro da SEC/PB e com o respaldo do governador Agripino Filho.

É o que se depreende do depoimento da já empossada diretora estadual da Cruzada ABC na Paraíba:

A turma da SEC morreu de ciúme. Daqui a pouco fui nomeada diretora de Departamento. Fui ao governador e disse: "O senhor deseja mais recursos, quer ampliar a Cruzada para todos os municípios do Estado? Então preciso de apoio, vou falar com a Cruzada, garantindo que os recursos serão usados para alfabetizar adultos". (...) Fui à Cruzada, porque também fazia parte da direção da Cruzada, expus o plano e eles aceitaram a ampliação do convênio. Nessa época já havia televisão na Paraíba, chamamos jornais, toda imprensa, celebramos convênio publicamente já no primeiro ano da administração de João Agripino.²⁹

O convênio celebrado em 1966 constituiu a Ação Básica de Educação de Adultos (Abea), entidade formada pela ABC e pelo governo estadual. Os convenientes reconheciam, na cláusula primeira: o problema do analfabetismo para o desenvolvimento do Nordeste; a educação de base não só como alfabetização, mas como "utilização de métodos e currículos especiais, que incluam a vida total do homem"; a educação de base como promotora de "mudanças de estrutura por meios democráticos"; a "implementação de um programa educacional de grande vulto" poderia resolver esse problema, se contasse com "grandes somas de recursos técnicos e financeiros".³⁰

Os objetivos declarados da Abea eram:

²⁹ Ibidem.

³⁰ Documento do convênio firmado entre a Cruzada ABC e o governo da Paraíba (1965, p. 1).

- a) pugnar pela diminuição do índice de analfabetismo;
- b) encaminhar os elementos atualmente marginalizados a um entrosamento político, social e econômico com os demais cidadãos;
- c) deixar na Secretaria de Educação, deste Estado, um serviço com equipe técnico-administrativa, que permita ao Estado continuar o programa de Educação de Base de Adultos, em seu território, no término deste Convênio.³¹

Saliente-se a preocupação de continuidade do trabalho liderado pela Cruzada ABC, formando na SEC-PB uma equipe técnica e administrativa para a viabilização da permanência do programa. No convênio era previsto o trabalho nos municípios com maior número de habitantes, embora durante a expansão (1967-1968) fossem atingidos 87,3% dos municípios paraibanos.

Na cláusula sétima do convênio, constavam as obrigações de ambas as partes. Da parte do governo estadual:

- a) gratificar os professores contratados, da primeira a quinta fases, com 60% da retribuição que lhe for fixada pela Abea;
- b) gratificar os supervisores e o pessoal técnico, com 50% da retribuição que lhe for fixada pela Abea;
- c) ajudar a manutenção dos veículos que tiverem à disposição da Abea (50%);
- d) por à disposição da Abea servidores do Estado (...) responsabilizando-se pela gratificação que lhe for atribuída;
- e) fornecer locais adequados ao funcionamento das comunidades de armazenagem de alimentos, que serão distribuídos a título de merenda escolar; e
- f) fornecer local, mobiliário, que estejam disponíveis, à noite, para o funcionamento das escolas da Abea.³²

Por sua vez, à Cruzada ABC caberiam as seguintes obrigações:

- a) preparar e fornecer, gratuitamente, todo o material didático necessário a todas as fases da Abea;
- b) gratificar os professores de primeira a quinta fases, com 40%;
- c) gratificar os supervisores e o pessoal técnico com 50%;
- d) responsabilizar-se pela remuneração do seu pessoal Administrativo e pela complementação da remuneração do pessoal do Estado que for colocado à disposição da Abea;
- e) fornecer os veículos que se fizerem necessários à execução dos serviços da Abea;

³¹ Ibidem.

³² Ibidem, p. 2-3.

- f) manter equipes especializadas, por si remuneradas, para a implementação de programas, com vistas ao trabalho de ação comunitária e preparação de professores voluntários;
- g) distribuir merenda escolar entre os alunos e professores voluntários, junto a um programa de educação alimentar;
- h) contribuir com 70% da manutenção dos veículos da Abea;
- i) dar orientação técnico-pedagógica à Abea;
- j) construir unidades escolares móveis.³³

Fazia parte das disposições gerais do convênio, entre outras, a cláusula nona, que determinava: "Não será admitido, nas escolas e núcleos da Abea, qualquer proselitismo religioso ou político, nem discriminação social ou racial".³⁴ Isso significava anular os fortes apelos à conscientização política que marcaram os movimentos progressistas, como o da Ceplar na Paraíba.

Para que o convênio fosse concretizado, a ABC e a SEC-PB montaram uma estrutura operacional que contava com mais de 150 pessoas, entre diretores, supervisores, coordenadores e outros: nos 24 núcleos que cobriam a quase totalidade dos municípios da Paraíba, conforme Tabela 3:

Tabela 3
Recursos humanos da Cruzada ABC na Paraíba (1967)

| Função | Nº de pessoas |
|------------------------------|----------------------|
| Diretor Regional | 1 |
| Assistentes Administrativos | 3 |
| Supervisores de Treinamentos | 20 |
| Diretores de Área | 3 |
| Diretores Assistentes | 6 |
| Secretários de Área | 3 |
| Coordenadores | 24 |
| Supervisores | 24 |
| Secretários de Comunidade | 24 |

³³ Ibidem, p. 3.

³⁴ Ibidem, p. 3.

| | |
|---------------------|----|
| Zeladores | 24 |
| Supervisores Rurais | 25 |

Fonte: Cruzada ABC. *Objetivos da Cruzada ABC*. 1965, p. 28.

Em termos de funcionamento, a equipe dirigente, formada por diretores, supervisores e coordenadores responsabilizava-se pelas seguintes atividades: "coordenação técnica e pedagógica; recrutamento e treinamento de professores; administração das áreas; planejamento e desenvolvimento do ensino; trabalhos comunitários".³⁵

A diretoria regional tinha a responsabilidade geral sobre o programa, incluindo desde o planejamento até a supervisão geral. Por sua vez, os diretores das quatro principais áreas – cujas sedes/ núcleos situavam-se em João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras – executavam os planos previamente estabelecidos, sendo responsáveis diretos pela programação técnica e administrativa da ABC. Nessa tarefa, eram auxiliados pelos diretores assistentes. O trabalho de supervisão era dividido em "pessoal de treinamento e avaliação" e supervisão propriamente dita. Os supervisores trabalhavam "sob orientação administrativa dos diretores (das quatro áreas)" e, por meio da equipe de orientação e supervisão, preparavam/acompanhavam os professores. Nesse trabalho, também atuavam os supervisores de campo (rurais) que se deslocavam por todo o Estado, nas suas comunidades de mais difícil acesso, acompanhando a execução do programa da Cruzada. Como base de todo esse trabalho, era fundamental a presença dos coordenadores nas comunidades. Deviam como atribuição principal, "estabelecer contatos com a comunidade e seus líderes", fazendo desde o levantamento comunitário, a distribuição de material, a localização das escolas, até a promoção da ajuda técnica (incluindo a distribuição dos alimentos).

Em relação à equipe dirigente da ABC na Paraíba, dois pontos devem ser destacados: alguns dos seus principais membros compunham os quadros da SEC/PB, especialmente, do Departamento de Educação de Base de Adultos (Deba); a ampla maioria era da religião protestante. Esse exercício de dupla função, na Cruzada e na SEC/PB, fez com que, na prática, a Cruzada (entidade particular) ocupasse funcionalmente o Deba e aumentasse significativamente seu poder decisório na

³⁵ Ibidem, p. 26.

estrutura da Secretaria. Em suma, durante o seu período de atuação conveniada, a Cruzada ABC ocupou posição estratégica de relevo na SEC/PB e no próprio governo João Agripino. Com certeza, a Cruzada ABC não teria se expandido, nem alcançado os municípios mais longínquos da Paraíba, sem o apoio do governo e, particularmente, do governador que, enfatize-se, fez da entrega de diplomas (de alfabetização) da Cruzada ABC um dos seus lances de *marketing* político.

A prioridade dada pelo governo estadual à ABC não tinha nenhum precedente, na recente história da educação da Paraíba. A diretora confirma:

Eu fui a cada município, em todos. O avião (do governo do Estado da Paraíba) no tempo de João Agripino ficou inteiramente à disposição do programa da ABC. Era prioridade de governo, viajava inclusive com ele (governador) para entregar diplomas em todo o Estado, ou com o Secretário de Educação e Cultura, entregando até mil diplomas de uma só vez.³⁶

Apesar desse apoio, havia problemas e obstáculos. Entre as maiores dificuldades da Cruzada estava a permanência do alunado na primeira fase e, principalmente, nas fases posteriores à alfabetização. O problema, em parte, foi solucionado com a distribuição quinzenal de alimentos, para alunos e para os professores voluntários, mediante a assiduidade às aulas. Em vários locais, a Cruzada contou com a colaboração de prefeituras e Secretarias Municipais de Educação, e também de padres católicos. Entre as regiões que mais avançaram na alfabetização e na sequência das fases, estavam aquelas que contaram, além dos protestantes, com o apoio dos católicos. Entre os sacerdotes que colaboraram com a Cruzada ABC, naturalmente não estavam aqueles da Igreja Católica progressista. Ao contrário, vários deles figuravam entre aqueles que apoiavam os sindicatos rurais em contraposição às ligas camponesas, antes de abril de 1964.³⁷

A diretora fez questão de destacar uma advertência do então governador Agripino Filho ao novo chefe dos católicos paraibanos, ao ser denunciado por ela, por suas críticas e restrições ao trabalho da Cruzada:

³⁶ Depoimento de Lídia Almeida de Menezes, citado.

³⁷ *Ibidem*.

Um dia, D. José Maria Pires, numa missa, foi contra a Cruzada e a palavra de um Bispo tem muita influência. E nós não fazíamos qualquer catequese e, sim, investíamos na leitura da Bíblia. Fui ao governador, que chamou D. José na minha presença e lhe disse que "naqueles tempos" qualquer um podia ser preso e era melhor ficar calado. João Agripino disse-lhe: "Estou lhe avisando, porque sou seu amigo e quero pedir todo apoio à nossa campanha de alfabetização. Dona Lídia merece todo o nosso apoio e se o senhor descobrir qualquer trabalho de catequese dela pode denunciar."³⁸

Esse e outros episódios confirmam os vários depoimentos de integrantes das três campanhas paraibanas (Sirepa, Ceplar e ABC) sobre o poder da Cruzada ABC na SEC/PB. A representante da ABC na Paraíba chegou, inclusive, a ser cotada para assumir a SEC/PB.

Atribuições dos dirigentes na Paraíba

Entre os dirigentes da Cruzada ABC na Paraíba, a combinação de líderes protestantes e profissionais da educação marcou, de maneira geral, sua composição. Já identificamos sua liderança principal. A "simbiótica" união entre a ABC paraibana e suas ações enquanto líder evangélica determinou as próprias raízes e iniciativas do programa. Pode-se afirmar que a Cruzada paraibana era perpassada em todas as suas divisões por sua liderança autoritária e carismática. "Dona Lídia", como era conhecida, procurava estar presente em todas as regiões da Paraíba, controlando, fiscalizando, mas também, como política, fazendo contatos, distribuindo material, merenda, nomeando pessoas em todas as cidades para a Cruzada, decidindo investimentos. De um lado, o respaldo do governador; de outro, o "sucesso" da Cruzada alcançando toda a Paraíba, alfabetizando milhares de pessoas, o que garantia o apoio da direção geral da Cruzada. Pierre Dubose, seu presidente e principal líder, esteve várias vezes na Paraíba, sendo amigo pessoal da diretora paraibana, que chegou a passar uma temporada em sua residência nos Estados Unidos. Nos documentos da ABC podemos observar que, dos dez diretores e assessores técnicos e administrativos, 40% eram pagos pelo Estado com salário complementar da Cruzada, enquanto 60% eram pagos exclusivamente pela Cruzada.

³⁸ Ibidem.

Entre as atribuições dos diretores assistentes algumas podiam ser destacadas como determinantes para o andamento da programação da Cruzada. Entre elas, as principais eram:

- a) estabelecer ligações e entendimentos para a realização de convênios com entidades e instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, com vistas à melhor execução do programa;
- b) manter contatos constantes com líderes comunitários das áreas;
- c) planejamento e execução de: treinamento de pessoal, formação de equipes de trabalho e organização de Comitês comunitários;
- d) coordenar todos os recursos da comunidade e a ação de líderes e entidades públicas e privadas para que sejam somados esforços, no sentido de garantir uma permanência dos serviços da Abea;
- e) dirigir o Serviço de Participação Universitária, visando à integração dos universitários nos trabalhos de alfabetização e promoção de adolescentes e adultos;
- f) inspecionar todos os trabalhos afetos ao serviço comunitário;
- g) organizar e dirigir todos os trabalhos de divulgação do programa (Arquivo SEC-PB, s./d., 2 p.).

Pode-se notar as intenções e as funções exercidas pelos diretores assistentes, sob o forte comando de dona Lídia. Das ligações políticas à propaganda da ABC; dos treinamentos de pessoal à inspeção do serviço; do contato permanente com os líderes comunitários ao trabalho com os universitários, passando pela distribuição dos alimentos e do material didático, além de toda parte de controle administrativo e financeiro.

3. A estrutura e o funcionamento geral da Cruzada ABC

A Cruzada de Ação Básica Cristã padronizou suas ações nos vários Estados em que atuou, para "reduzir drasticamente o analfabetismo" e deixar as SEC preparadas para dar continuidade à sua programação. No caso da Paraíba, na segunda metade dos anos 1960, deveriam ser alfabetizados 500 mil dos 750 mil analfabetos levantados pelo IBGE.

A Cruzada ABC, organizada como sociedade "civil, cultural, educacional e assistencial, com fins filantrópicos", era constituída por seis departamentos: administrativo; comercial e patrimônio; comunitário; contábil; de currículo; de desenvolvimento.³⁹ O primeiro responsabilizava-se pela coordenação geral do programa

³⁹ Cruzada ABC. op. cit., p. 2-4.

e sua administração, incluindo os setores de planejamento, avaliação, relações públicas e jurídicas. O segundo controlava desde as compras de material escolar e didático até a manutenção dos veículos, passando pelas construções e guarda dos bens da Cruzada.⁴⁰ O Departamento Comunitário constituía parte importante do programa da ABC, especialmente na primeira fase (alfabetização), que investia na orientação técnica da implementação do programa e, também, na merenda escolar. Esta era acompanhada, como programa especial, de "educação nutricional, higiene e saúde pública".⁴¹ Por sua vez, o Departamento Contábil tinha a responsabilidade de verificar e aprovar todas as prestações de contas, que eram feitas, com frequência, com base nos convênios firmados.⁴² O quinto departamento preocupava-se com o currículo da ABC:

Desde que não existe um currículo para a educação de base de adultos em nosso âmbito, foi necessário organizar e treinar uma equipe profissional para que a Cruzada desenvolvesse um currículo. O programa educacional da Cruzada ABC, no tocante a material de ensino e metodologia, está sob sua responsabilidade. O departamento tem a seguinte organização: direção, secretaria, biblioteca, setor de escritores, setor de pesquisas, setor de avaliação e produção (artes gráficas e oficinas).⁴³

O último dos seis departamentos cuidava do desenvolvimento da programação geral das regionais (Estados), das áreas (zonas demográficas e geográficas) e das comunidades (bairros e pequenas cidades de, aproximadamente, 25 mil pessoas). A supervisão era responsável pelo treinamento, orientação, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do programa em cada Estado.⁴⁴

A princípio, seus diretores deveriam ter nível de instrução superior, enquanto os supervisores e coordenadores deveriam estar cursando os graus médio ou universitário. Quanto à seleção de pessoal, além dos critérios de parentesco e indicações políticas, os requisitos fundamentais eram a "experiência vivida" e, principalmente, "que [os candidatos] estivessem enquadrados em nosso estilo de trabalho".⁴⁵

⁴⁰ Ibidem, p. 3.

⁴¹ Ibidem, p. 3.

⁴² Ibidem, p. 4.

⁴³ Ibidem, p. 4.

⁴⁴ Ibidem, p. 4.

⁴⁵ Depoimento de Lídia Almeida de Menezes, já citado.

Nos cursos de treinamentos de cem horas, era estabelecida uma programação para cada tipo de função a ser exercida. A equipe de supervisão ministrava cursos com as seguintes disciplinas: Sociologia da Educação, Psicologia da Educação (do adulto), Técnicas de Supervisão, Educação de Base, Metodologia, além do estágio de campo. A equipe de Educação de Base recebia noções de Psicologia do Adulto, bem como de higiene, saúde e nutrição, passando pelo aprendizado do trabalho comunitário, além da prática de ensino. Esses treinamentos, de caráter intensivo, eram realizados em instalações cedidas (igrejas, colégios, faculdades), com aulas teóricas nos turnos da manhã e da tarde, e aulas práticas, à noite.⁴⁶

O principal programa da Cruzada – a educação de base – trabalhava com o alfabetizador (professor voluntário) e com o professor do supletivo. O programa da primeira fase (alfabetização) recrutava, sempre que possível, o professor do próprio local onde eram instaladas as escolas. Estimava-se que haveria um forte apelo comunitário, pois, "depois de uma preparação sistemática, o povo recrutado sente que o programa da Cruzada é uma coisa realizada por ele próprio".⁴⁷

No Estado da Paraíba, onde existe um convênio mais desenvolvido com o Estado, as responsabilidades de gastos com os professores são divididas entre a Cruzada ABC e a Secretaria da Educação. Neste convênio o alfabetizador rural é pago, e as responsabilidades divididas entre as partes convenientes. As classes funcionam com 40 alunos e estão localizadas em 137 municípios.⁴⁸

O treinamento dos professores-alfabetizadores centrava-se em um curso de 40 horas, bordando a metodologia a ser empregada, o material didático a ser utilizado, além de noções sobre Psicologia da Educação dos Adultos e Relações Humanas. Esse treinamento intensivo incluía também aulas práticas. Já os professores do supletivo faziam um curso com uma equipe especializada, também de 40 horas, cujos conteúdos eram: Metodologia (linguagem, matemática, ciências naturais, ciências sociais); Motivação; Psicologia do Adulto Analfabeto; Recursos Audiovisuais; Liderança e Psicologia da Aprendizagem.⁴⁹

⁴⁶ Cruzada ABC. *Objetivos da Cruzada ABC* (1965, p. 6-7).

⁴⁷ *Ibidem*, p. 8.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 9.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 9-10.

Em relação ao método, a ABC advogava um ecletismo aparentemente neutro, aproveitando as "melhores coisas de cada metodologia", segundo a diretora da Cruzada na Paraíba, especialmente do Método Laubach e, inclusive, do Método Paulo Freire.⁵⁰ A programação da ABC girava em torno dos chamados "círculos concêntricos",⁵¹ partindo do estudo do que estava mais próximo ao aluno adulto, depois de sua comunidade, cidade, Estado, região, Nação.

Quanto ao currículo, seria aplicado em cinco fases durante 21 meses, sendo a primeira (alfabetização) de cinco meses e as demais de quatro meses cada, que corresponderiam à escolarização primária. Essas diversas fases seriam conduzidas por meio de livros e cartilhas. Para tanto, além do material já produzido, a ABC realizou um levantamento do universo vocabular nordestino nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, Sergipe e Alagoas, além de Recife.⁵² No entanto, não se dispõe de informações sobre esse levantamento nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, assim como no interior de Pernambuco.

A segunda fase era iniciada com um curso "supletivo", no qual o alfabetizado (ou, muitas vezes, o semi-alfabetizado) estudava noções básicas de Matemática, de Linguagem e de Estudos Sociais. No ensino de Matemática, procurava-se aproximar os alunos das suas necessidades práticas, introduzindo conceitos elementares. Quanto à linguagem oral e escrita, os alunos da segunda fase recebiam noções de Gramática e tentavam dominar em definitivo as técnicas de leitura e escrita, iniciadas no primeiro estágio. Nessa etapa, procurava-se integrar o ensino de Estudos Sociais, pelos conhecimentos de História e Geografia, que eram "dirigidos com especial atenção ao panorama nordestino procurando dar ao homem uma visão histórico-cultural, bem como das circunstâncias da sua região".⁵³ Os Estudos Sociais, propriamente ditos, desempenhavam um papel importante na transmissão das "mensagens" políticas da Cruzada ABC, uma vez que se coadunavam com a nova ordem instalada pelos militares. Segundo a ABC, esses estudos seguiam a "metodologia das ciências sociais", cujo ponto central eram os debates nos quais os alunos adquiriam autoconfiança e desinibição. No

⁵⁰ Enfatize-se que a Cruzada ABC usava alguns aspectos das técnicas componentes do "Método Paulo Freire", declarando-se, no entanto, contrária à politização inerente ao "Método". A ABC apropriava-se de algumas técnicas e invertia a politização, pugnando pelo Estado militar que vigia.

⁵¹ Cruzada ABC. op. cit., p. 14-15.

⁵² *Ibidem*, p. 16.

⁵³ *Ibidem*, p. 18.

aspecto educacional, de acordo com a metodologia da Cruzada, o educando "aprende o valor da sua palavra respeitando a opinião alheia, e é levado a tomar consciência da realidade que o cerca".⁵⁴

Em consequência da constatação do aproveitamento insuficiente observado em vários grupos, na fase inicial da alfabetização, a segunda fase passou a ser dividida nas subfases A e B. Na subfase A, eram recuperadas as deficiências dos alfabetizandos, para conduzi-los à subfase B. Esta durava três meses, com quatro noites de 90 minutos de aula, e era considerada de transição.

Na terceira fase, os alunos eram distribuídos em três grupos de interesses: 1) um grupo composto de alunos que queriam continuar os estudos (geralmente os mais jovens), desenvolvendo-se a quarta e quinta fases, de modo a prepará-los para a escolarização no nível ginásial; 2) um grupo "representado pelo elemento feminino, interessado nas artes da economia doméstica", ensinando-se para isso, "os conhecimentos práticos a fim de alcançar habilidades que favoreçam economicamente o lar"; 3) um grupo formado por "alunos desejosos de adquirir uma profissão que lhes desse como decorrência uma condição de vida melhor".⁵⁵ Nessa fase, a ABC aplicava o "princípio da globalização do ensino" pelo "método da unidade", dividindo os conteúdos em torno de três eixos temáticos e mais um de profissionalização. Nos três primeiros eixos, eram tratados os seguintes temas: família; comunidade e trabalho rural; comunidade e trabalho urbano. Por sua vez, a quarta unidade investia no aprendizado técnico.

A profissionalização não prosperou, conforme o planejado, restringindo-se aos primeiros "planos pilotos". No entanto, o empenho da ABC resultou, na Paraíba, na construção de prédios de escolarização profissional, em Cruz das Armas, com atividades de soldagem, serralheria, carpintaria e marcenaria.⁵⁶ A quarta e quinta fases preparariam a passagem entre a ABC e a continuidade da escolarização.

⁵⁴ Ibidem, p. 19.

⁵⁵ Ibidem, p. 20.

⁵⁶ Vide tópico sobre a profissionalização da Cruzada ABC, neste capítulo.

4. Objetivos específicos de cada fase do programa

Na Paraíba, a Cruzada chegou até a quarta das cinco fases (correspondente à 3ª série primária) do seu programa, investiu na profissionalização e alfabetizou milhares de paraibanos nas cidades, nos povoados, nas vilas, nos sítios. Buscava suprir a falta de escolas primárias em todo o Estado. Nas cidades maiores, onde a rede pública ou privada supria uma parte da demanda escolar, a ABC concentrou-se na alfabetização de jovens e adultos, como foram os casos de João Pessoa e Campina Grande. Nas demais regiões do Estado, além da alfabetização, a ABC desenvolveu a escolarização primária na segunda, terceira e quarta fases do seu programa, substituindo o Estado ausente.

Os objetivos específicos declarados pela ABC, a serem cumpridos em cada fase de seu programa básico, eram os seguintes:

Primeira fase:

1) Levar o adulto a adquirir o conhecimento dos fonemas a fim de habilitá-lo ao domínio da leitura; 2) Corrigir-lhe os defeitos de pronúncia mais comuns, através da leitura oral; 3) Despertar nele o gosto e o interesse pela leitura; 4) Levá-lo a escrever os sinais gráficos, palavras e frases; 5) Levá-lo a aprender a linguagem matemática (os símbolos).

Segunda fase:

1) Fazê-lo começar a usar a leitura como um meio de adquirir informações; 2) Levá-lo a aprender os fatos fundamentais da matemática; 3) Fazê-lo participar mais eficientemente na vida do seu sistema social; 4) Dar-lhe conhecimentos elementares sobre divisão política, governo e voto, e incentivá-lo a se tornar eleitor; 5) Levar o aluno a reconhecer a utilidade dos serviços públicos para a comunidade e fazer uso deles.

Terceira fase:

1) Levar o aluno a um nível de competência tal, que ele já possa começar a ler periódicos e literatura pertinente à sua ocupação; 2) Torná-lo mais apto a entender o processo de tomar decisões; 3) Fazê-lo conhecer e adotar melhores padrões de vida; 4) Ensinar-lhe os princípios da economia pessoal e familiar; 5) Fazê-lo mais zeloso da higiene e saúde própria e da família.

Quarta fase:

1) Consolidar os conhecimentos fundamentais de linguagem e matemática; 2) Ampliar conhecimento de história e da sociedade que o cerca; 3) Integrá-lo no meio, como indivíduo apto à integração

social e econômica; 4) Estimulá-lo no prosseguimento do avanço no campo do conhecimento, pelo ingresso em cursos de nível médio.⁵⁷

Evidencia-se, entre esses objetivos, uma dosagem crescente de politização nas fases programadas pela Cruzada. A partir da segunda fase, observa-se uma ênfase nos seguintes aspectos: "adquirir informações", "participar", "tomar-se eleitor", "entender o processo de tomada de decisões". Nesse sentido, o programa da ABC visava "capacitar o indivíduo":

1) A ler, escrever e contar, de forma a dar-lhes condições de cursar os níveis mais adiantados da educação de adultos; 2) A dar-lhes condições de melhorar de vida (nível salarial e técnico) com um ensino integrado à sua vida profissional, como seria o caso de se ensinar a ler e escrever a pedreiros analfabetos nas próprias indústrias de construção; 3) A prestar exames de admissão ao ginásio na rede oficial de ensino médio.⁵⁸

5. O material didático e a metodologia

O material didático da Cruzada ABC era composto de cartilha, livros de textos e cadernos de exercícios, para os alunos, e de cartazes didáticos, cartões, coleção de testes, mapas e manuais, para o uso dos professores.

De início, no biênio 1966-1967, foram impressos quase 600 mil livros para a alfabetização, chegando perto de I milhão e 900 mi I para todas as fases do programa. Segundo dados da ABC, nesse período, as publicações (Tabela 4) atingiram as seguintes cifras:

Tabela 4
Publicações didáticas da Cruzada ABC

| Publicação | Quantidade |
|------------------------------------|------------|
| <i>Quero vencer</i> (1966/1967) | 574.000 |
| <i>O Brasil e o mundo</i> (1967) | 50.000 |
| <i>Paisagens e tipos do Brasil</i> | 50.000 |

⁵⁷ "Objetivos das diversas fases dos programas N° 1, N° 2, e N° 3 da Cruzada ABC". In: Cruzada ABC. Ano Internacional da Educação. 1970. p. 11 -13.

⁵⁸ Ibidem, p. 4.

| | |
|---|------------------|
| (1967) | |
| <i>Conhecendo o Brasil</i> (1966/1967) | 305.000 |
| <i>Aprender e vencer</i> (1966/1967) | 305.000 |
| <i>A marcha do Nordeste</i> (1966/1967) | 280.000 |
| <i>Matemática – 2º livro</i> (1966/1967) | 300.000 |
| <i>Matemática – 3º livro</i> (1966/1967) | 50.000 |
| Total | 1.895.000 |

Fonte: *Relatório da Cruzada ABC*, 1967, p. 14.

Nota-se, pela expressão desses números, que a Cruzada pretendia expandir-se para várias regiões do País. Mas, a própria ABC previa que parte significativa de seus alunos cursaria apenas a alfabetização, reduzindo-se quase à metade na segunda fase (A e B). Por isso, *Matemática – terceiro livro*, para a terceira fase; *O Brasil e o mundo e Paisagens e tipos do Brasil*, ambos para a quarta fase, juntos, não chegavam a 10% do total das publicações. Entre os mais distribuídos estavam: *Quero vencer* (antes chamado *Cartilha ABC*), *Aprender e vencer* e *A marcha do Nordeste*.⁵⁹

Para se ter uma noção precisa da importância do material didático impresso, utilizado como principal intermediação das atividades de alunos e de professores, foram relacionados na Tabela 5 os livros distribuídos durante a alfabetização. Na segunda fase, havia uma continuidade dos conteúdos de Linguagem, Matemática e Estudos Sociais, de modo que a cartilha (*Quero vencer*) era substituída por *A marcha do Nordeste* (e seu equivalente para o Centro-Sul, *Conhecendo o Brasil*) e *Aprender e vencer*.

⁵⁹ Originais dos materiais citados, incluído na coleção da Cruzada ABC. A "Cartilha ABC" (depois, "Quero Vencer"), distribuída desde 1962, foi o material didático mais usado em a década de 1960. Recentemente (1997), pesquisadores do Centro de Educação da UFPB encontraram a "Cartilha ABC" sendo usada nos assentamentos rurais dos sem-terra e Massaranduba (Paraíba).

Tabela 5
Material didático do aluno e do professor da Cruzada ABC (1ª fase)

| 1ª fase (alfabetização) | Aluno | Professor |
|------------------------------------|--------------|-----------------------|
| <i>Quero vencer</i> | Cartilha | Manual |
| <i>Matemática – 1º livro</i> | | Manual |
| <i>Matemática</i> | | Cartões, flanelógrafo |
| Cartazes didáticos | | Coleção |
| Cartões-relâmpagos | | Palavras e sílabas |
| Caligrafia | Caderno | Lições |
| Linguagem e estudos sociais | Testes | Correção de testes |
| Matemática | Testes | Correção de testes |

Fonte: *O material didático da Cruzada ABC*. Recife, s/d. p. 10-11.

As revisões sucessivas, realizadas nos anos de 1965, 1966 e 1967, alteraram a *Cartilha ABC*, de 1962, originando *Quero vencer*, no qual a metodologia a ser utilizada era explícita:

O método adotado no pré-livro *Quero vencer* é eclético. Nesse método são empregadas palavras-chaves com gravuras associadas ao símbolo gráfico, sentenças e quadros com as famílias silábicas. Está baseado na linguística. [...]. As letras-sons são apresentadas através das palavras-chave, na medida do possível, na ordem de frequência na língua, para que haja maiores possibilidades na formação de palavras desde o princípio. Para cada letra-som dá-se um ponto de referência, que é uma ilustração correspondente à palavra-som. Após a apresentação de uma letra-som, é feita a generalização da mesma. Cada lição inclui a apresentação e a fixação de elementos fonéticos e elementos para a leitura.⁶⁰

Essa metodologia enfatiza as palavras-chave e as gravuras (associadas a essas palavras). As letras-sons eram apresentadas por palavras-chave que, por sua vez, eram associadas (e decodificadas) às gravuras e, a partir daí, generalizadas. Na apresentação

⁶⁰ Cruzada ABC. op. cit., p. 15.

do *Manual do professor*, referente ao livro *Quero vencer*, consta a declaração de princípios:

Este pré-livro, produzido para ajudar a integração do homem na sociedade através da educação de base, visa ajustar o sistema linguístico de ensino de leitura à orientação sociológica da educação de base pioneira em nosso país. O livro todo foi baseado na vida e aspiração do nosso povo e em pesquisa do universo vocabular de várias áreas do país. [...] Por ter o novo pré-livro como centro de atrações o homem, procurou-se dar, ao alfabetizando, consciência da realidade em que vive e a sua relação para com os sistemas sociais pertinentes, como a família, o trabalho, a comunidade e o país.⁶¹

Os estímulos ao aprendizado da leitura pelos adultos estavam, segundo a Cruzada, vinculados às seguintes expectativas: possibilidade de melhor emprego, direito de votar, melhores oportunidades para os filhos e ainda leitura de "bons livros", inclusive, a Bíblia.

Cada lição estava dividida em etapas: "conversação, palavras-chaves, palavras novas, leitura, quadros-destacados, fixação, escrita, ditado".⁶²

O manual trazia as instruções a serem seguidas pelos professores, no que concerne às "etapas" acima mencionadas:

- a) através da conversação (diálogo), "será mais fácil para o aluno ler se ele primeiro ouvir e entender as palavras faladas";
- b) a seguir, vinha o aprendizado da "fonética da língua", no qual era destacado "o símbolo escrito de um som";
- c) quanto às "palavras novas" ensinadas, lidas no quadro-negro com os alunos, estas deveriam ser identificadas na lição trabalhada;
- d) "o próximo passo para aprender a ler é perceber que a palavra escrita transmite um pensamento. É importante que o aluno leia frases e palavras cujo sentido lhe é conhecido, e não somente as letras e os sons";
- e) quanto aos "quadros destacados" (exercícios), podiam vir antes ou depois da leitura, servindo inclusive de "recapitulação";
- f) por fim, eram aplicados os exercícios de fixação que "movimentarão a classe para que ninguém fique desatento ou sonolento". Os alunos se exercitavam no uso das sílabas e das palavras, através de jogos com fichas e com exercícios no quadro-negro.⁶³

⁶¹ Cartilha "Quero Vencer" – Manual do professor (Apresentação). Recife, 1967.

⁶² Ibidem, no verso da capa.

⁶³ Ibidem.

Quanto ao ensino da escrita, o manual alertava para as dificuldades práticas, tanto do aluno como do professor. Para diminuir o grau de dificuldade, deveria ser ensinada uma "letra intermediária entre a letra de imprensa e aquela que usamos na escrita". Segundo a orientação, dois tipos de letras atrapalhariam a atividade do professor e o entendimento do aluno. Por isso, a Cruzada ABC tratava de padronizar um modelo, inclusive de direção dos traços e do movimento da mão.⁶⁴ Embora instrísse seus professores para "evitar a cópia", recomendava: "o alfabetizador poderá, no entanto, ensinar o aluno a assinar o nome". Este começava a ser reproduzido, "desenhado", a partir da escrita do professor, desde as primeiras aulas. No item 9 do manual *Ensino da escrita*, a instrução a ser seguida era:

Escreva o nome completo de cada aluno em tiras de papel ou cartolina, com letra bem legível e distribua com cada aluno para que eles escrevam a partir do quarto dia. O nome dos alunos deve ser escrito com letra manuscrita bem simples. Observe que estamos ensinando outro tipo de letra, entretanto vamos ensinar o nome dos alunos, como eles vão assinar depois qualquer documento. Isto atenderá a certas necessidades dos alunos e os fará mais confiantes e animados para aprender.⁶⁵

Mesmo pregando a neutralidade do seu processo alfabetizador, a ABC preocupava-se em dotar seu alunado da possibilidade de, rapidamente (assinando/"desenhando" o nome), vir a ser eleitor. Na prática, em tempo recorde, a ABC formava futuros eleitores, os quais, conforme a destreza / habilidade em assinar o nome, já poderiam fazê-lo na segunda semana de aula.

Ainda no manual, entre as 17 "Recomendações aos alfabetizadores", destacavam-se a "disciplina e a ordem" necessárias ao andamento das aulas e previa-se a ajuda/controlar dos técnicos em preparação de professores (TPPs). Esses técnicos deveriam ser apresentados aos alunos, "para que não fiquem nervosos ou acanhados", como parte de um grande programa e como "pessoas interessadas em conversar com eles e ajudá-los". O significado da inspeção constante da Cruzada e da subordinação do professor aos seus ditames vinha na última "recomendação":

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem.

Fique à vontade na presença da TPP: ela é amiga, quer ajudá-lo (a); por isso, vá até a porta quando de sua saída e apresente-lhe suas dificuldades e problemas, ouvindo e aceitando com boa vontade as sugestões dadas.⁶⁶

Nenhum programa foi tão controlado internamente como o da Cruzada ABC. Se, por um lado, havia a positividade do acompanhamento do processo, por outro, o estreito controle embutia o receio de uma possível volta ao estágio pré-golpe de 1964 (leia-se: retorno dos comunistas, sindicalização, etc.). A utilização do material didático constituiu-se em elemento de forte controle das atividades educacionais dos alunos, dos professores e dos supervisores.

6. As lições da Cruzada ABC

As mensagens e os conceitos subjacentes à Cartilha ABC, transformada em *Quero vencer*, podem ser cotejados em cada uma das suas cinquenta e oito lições. As idéias transmitidas em cada lição não escondiam a intencionalidade política inerente. Ao contrário, traziam implícitos conceitos, valores e comportamentos a serem seguidos pelos alunos da Cruzada. Entre as principais lições, merecem destaque aquelas que focalizavam temas como: família, religião, política, escola, Forças Armadas e trabalho.

Na lição 7, relacionando família e escola, uma das indagações básicas do professor no diálogo com a turma abordava a possível mudança provocada pela escola na vida da família. No texto trabalhado, lia-se: "Ivo vai à escola e leva Lídia. A escola educa. Muda a vida da família".⁶⁷ A ideia de ascensão social pela via escolar foi fartamente disseminada pela Cruzada, a começar pelos voluntários que eram, de preferência, líderes de sua comunidade e representantes locais da ABC. Essas idéias (família-escola-ascensão social) foram retransmitidas em várias outras lições. No final da lição 22, o alfabetizando lia: "Roberto vai à escola para melhorar. Melhorar para noivar".⁶⁸ Na lição 14, chamada de recrutamento, estimulava-se: "É novidade. O povo da cidade vai à escola. O povo lê (...). O povo vai à escola. Você vai à escola? Você me leva?"⁶⁹

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Cartilha "Quero vencer" (1967, p. 7).

⁶⁸ Ibidem, p. 22.

⁶⁹ Ibidem, p. 14.

Outra lição trazia explícito um dos maiores investimentos da Cruzada ABC: a influência deliberada da religião como tentativa de "amortecimento" político ou de despolitização. O texto da lição 9 é ilustrativo nesse sentido: "A família de Olavo ama a Deus. Louva a Deus a cada dia. Louva a Deus pela comida, pela escola, pela vida. Cada dia a família vive a fé".⁷⁰ É interessante observar que, seguindo instrução dos autores da cartilha, a partir da lição 8, o professor poderia omitir a parte da conversação ao apresentar as palavras novas, como foi o caso da lição 9, elaborada em torno de família, escola, religião, fé.

Na sequência, o tema retornava de forma mais elaborada:

Nossa cidade tem muitas igrejas. A maior do bairro é a matriz. Gosto de ouvir o sino da matriz ao anoitecer [...]. Nem todas as igrejas têm sino ou cruz. Porque cada religião tem sua igreja. A igreja é o símbolo da união para o bem. Lá todos oram, mas se pode orar em qualquer lugar. Ali ouvimos a palavra de Deus: Amai-vos uns aos outros. Devemos ajudar uns aos outros. E amar os outros como a nós mesmos.⁷¹

Em outras publicações, repetiam-se alguns princípios cristãos: "Em nossa casa, todos louvamos a Deus. Por causa da sua bondade. Porque o mal que sofremos, ele transforma em bem".⁷² "Deus lhe deu estas riquezas. Só Deus pode dar-lhe riquezas. (...) Ele dá graças a Deus por muitas coisas. Muitas graças, ó Deus".⁷³

Na transição da *Cartilha ABC* (1966) para o livro *Quero vencer* (1967), foi suprimido o texto:

A Igreja é casa de Deus. Na Igreja adoramos a Deus. [...] O povo da comunidade vai à Igreja nesse dia agradecer a Deus as bênçãos da semana. As Igrejas são da comunidade. Se há dificuldade, as Igrejas ajudam, ajudam aos necessitados, ensinam boa conduta, chamam o povo para Deus. Você pode fazer parte de uma Igreja. Você pode ser ajudado por ela e ela pode ajudar os outros.⁷⁴

⁷⁰ Ibidem, p. 9.

⁷¹ Ibidem, p. 42.

⁷² Cruzada ABC. "Cuidando da Saúde – Linguagem" (1ª parte). Recife, s./d. p. 15.

⁷³ Cruzada ABC. "Bons Vizinhos – Linguagem" (2ª parte). Recife, 1966. p. 14.

⁷⁴ "Cartilha ABC" (1966, p. 41-43).

O tema "trabalho" aparecia em muitos trechos da cartilha. O foco era a necessidade familiar do trabalho e o civismo relativo às comemorações de 1º de Maio e ao valor do trabalho.

Rui é operário. Trabalha na oficina de Renato. O filho de Rui trabalha na barraca. Trabalha na barraca do mercado. Maria é mulher de Rui. Ela lava para fora. Ela é boa lavadeira. Toda a família trabalha [...]. Primeiro de maio. Dia do Trabalho. Data de todos os trabalhadores: do operário, do médico, do camponês, do professor. Trabalhar a terra, o ferro, a madeira, cuidar da saúde, educar, cada ofício tem seu valor na vida da comunidade. Se você trabalha este é seu dia.⁷⁵

Na lição 45, o tema "sindicato" foi tratado por meio de uma visão assistencial:

André vai ser sócio do sindicato. Pelo sindicato o trabalhador recebe assistência médica e legal. O sindicato procura a melhora do trabalhador. O presidente do sindicato deve ser honesto, trabalhador e democrata.⁷⁶

Em relação ao tema "feira", tão comum nas cidades interioranas do Nordeste, a ABC não sentia "nenhuma dificuldade", como se nada faltasse aos trabalhadores do campo. Fome e cambão não foram tratados.

É sábado. É dia de sol. É dia de feira. Logo cedo, o homem colhe verduras. Arruma as verduras no cesto. Leva seu produto à feira. É o seu trabalho semanal. Arma a barraca. Paga os impostos. Na barraca há de tudo. Lá, compram-se quilos de batata, quilos de cebolas, quilos de sal. À tarde, o homem fala satisfeito: a feira foi boa.⁷⁷

Os exercícios propostos sobre esse tema pediam a leitura e a cópia de duas principais frases: "O homem que trabalha, colhe" e "Que belo dia de sol!" Em relação aos problemas "da terra" que polarizaram as discussões, amordaçadas com o golpe de 1964, a mensagem dizia que, apesar das dificuldades, "com o esforço de todos, os problemas da terra terão solução".⁷⁸ Em relação à aposentadoria do trabalhador, a Cruzada não apresentava nenhum problema:

⁷⁵ "Quero vencer" (1967, p. 18 e p. 26).

⁷⁶ Ibidem, p. 45.

⁷⁷ Ibidem, p. 29.

⁷⁸ Ibidem, p. 47.

A primeira coisa que José fez ao trabalhar foi pagar o Instituto. Assim, quando ele adoeceu, o Instituto socorreu. Hoje tem seu salário certo. É bom todo trabalhador pagar o Instituto. O Instituto garante repouso na doença ou na velhice.⁷⁹

Na sequência, destacavam-se as relações de trabalho e solidariedade existentes na comunidade:

A casa de José está ruim. Pode cair. Ele vai consertá-la. Seus amigos lhe falam. Conte com a nossa ajuda. Logo trabalham. José serra a madeira para as janelas. Júlio prega o telhado. Henrique prepara o barro. Todos juntos rebocam as paredes. A casa fica pronta. José e sua família ficam contentes. A ajuda de todos é necessária.⁸⁰

Alguns conceitos emitidos na cartilha encontravam reforço no Manual do Professor. Por exemplo, a discussão que o professor deveria desencadear e conduzir nas lições 40 e 41 é recomendada segundo as seguintes ideias:

Discutir: Na comunidade encontramos pessoas em situações difíceis. No caso de Rosa (viúva há dois meses e que vai parir gêmeos), ela primeiro lançou mão do serviço público do Posto de Saúde. Mas seus vizinhos viram que ela estava necessitando de mais ainda e estavam dispostos a ajudá-la. Se Rosa procurasse a orientação de um guia espiritual da comunidade este a ajudaria a estudar o seu problema e a solucioná-lo. Quem sabe haveria uma outra pessoa – desamparada que gostaria de viver com ela e cuidar das crianças enquanto ela seria ajudada a empregar-se em outra família.

A classe terá outras idéias de possíveis soluções.

Pedir esmolas só quando não houver outro meio de sustento.⁸¹

Outra passagem da cartilha faz referência às festas religiosas. Destaca as festas de São João e de São Pedro. "Depois vem o Natal! Flores, luzes, canções lindas! O Natal de Jesus é a mais alegre festa do ano".⁸² Nas últimas lições, aborda o serviço militar e o civismo:

O filho de Mário tem 18 anos. Alistou-se para o serviço militar. O filho de Mário será um soldado exemplar. É educado e não tem vícios.

⁷⁹ Ibidem, p. 56.

⁸⁰ Ibidem, p. 33.

⁸¹ Ibidem, p. 40-41.

⁸² Ibidem, p. 51.

É estudioso e trabalhador. Ele está muito contente porque vai ser militar. O serviço militar é um dever de todo cidadão. A pátria precisa das Forças Armadas.⁸³

E complementa:

Você é um brasileiro. Nasceu numa grande pátria [...]. A sua pátria espera muito de você. Depende de seu esforço para tornar-se ainda melhor. Estudando e trabalhando você serve à sua pátria. O cidadão honesto e trabalhador é orgulhoso de sua pátria.⁸⁴

Em *A marcha do Nordeste* (1966-1967), utilizada após a cartilha, na segunda fase da programação, partia-se das ideias de "desenvolvimento e modernização" da região nordestina. Como condição para esse desenvolvimento, incluía o papel decisivo da educação (a começar da alfabetização) e da mão-de-obra qualificada, estendendo-se às noções sobre a varíola, os vermes e o tétano e terminando pela importância do voto. Em "O eleitor e o voto", os alfabetizados da 2ª fase liam:

Os países onde o povo tem liberdade de escolher seu governo. São chamados de democracias. No Brasil os dirigentes são escolhidos pelo voto. Todo brasileiro deve ser um eleitor. Para ser eleitor é preciso saber ler e escrever. Precisamos votar para escolher nosso governo. Quando o povo escolhe bem, o governo é bom. O bom governo melhora a vida do povo. O eleitor não deve vender seu voto. O voto deve ser livre. Dê seu voto a quem o merece. Assim o Brasil será uma verdadeira democracia.⁸⁵

Noções de higiene, saúde e informações sobre as doenças mais comuns finalizavam *A marcha do Nordeste*. Essas noções são aprofundadas em *Aprender e Vencer* (1967/68), livro usado na sequência pelos alunos, também de grande disseminação pela Cruzada. Desse livro, destacam-se partes de dois textos: "Formas de governo" e "Profissões". O primeiro encerrava-se com a frase: "Hoje o nosso país é uma república, porque quem escolhe o governo é o povo".⁸⁶ No segundo, identifica-se a explícita propaganda do binômio educação-emprego, veiculada como peça fundamental das reformas educacionais dos governos militares:

⁸³ Ibidem, p. 55.

⁸⁴ Ibidem, p. 57.

⁸⁵ Ibidem, p. 22.

⁸⁶ Cruzada ABC. "Aprender e Vencer". Recife, 1967/1968. p. 1.

Joaquim é analfabeto. Nunca foi à escola. Ele é trabalhador, mas não tem profissão. Ele quer trabalhar, mas não acha emprego. Ele não pode trabalhar em fábricas. Não sabe ler. Joaquim tem família grande. Quer um emprego certo. As fábricas precisam de operários, mas Joaquim não pode trabalhar em fábricas. Não sabe ler. Sem saber ler é difícil aprender uma profissão. Sem uma profissão é difícil melhorar.⁸⁷

Ao focalizar "problemas de moradia – favela", o texto fazia o registro da "miséria, falta de higiene e fome". No entanto, apresentava um atenuante que soava falso e fantasioso:

Há favelas mais limpas. O povo é pobre, mas tem um pouco de conforto. Abrem ruas e limpam o terreno. Apanham água em uma bica. Alguns vão à escola. A favela também tem poesia. Muitas famílias são unidas. Em alguns lugares o governo procura ajudar os favelados. Constrói casas mais saudáveis para eles. São vilas bem arranjadas. A favela precisa acabar. Um dia a miséria acabará. O governo precisa da compreensão e da ajuda do povo.⁸⁸

A tentativa de minimizar e esconder problemas sociais e, ao mesmo tempo, engrandecer os feitos e os projetos dos governos militares brasileiros foi uma constante ao longo das publicações da Cruzada ABC, da primeira à quinta fase de seu programa educacional. A técnica dos autores da cartilha ("pré-livro") e dos livros subsequentes foi o aprofundamento de temas, nas áreas de linguagem, estudos sociais, ciências naturais e matemática.

Certamente os conteúdos de linguagem e estudos sociais nos oferecem maior oportunidade de conhecer as ideias segundo as quais os alunos da ABC deveriam construir opiniões, comportamentos, ideias próprias.

Na sequência, podemos destacar três publicações: *Família, comunidade e trabalho* (3ª fase); *O homem e o saber* (4ª fase) e *O homem e o mundo* (5ª fase).

A primeira reunia dezenas de textos relativos aos diversos conteúdos programáticos. Nela, os alunos encontravam: biografias, parábolas, provérbios, lendas, na parte de linguagem; "escolhendo com quem casar" e "sindicatos", entre os estudos

⁸⁷ Ibidem, p. 3.

⁸⁸ Ibidem, p. 16.

sociais; "as estações do ano", por exemplo, em Geografia; a "insurreição pernambucana", entre os conteúdos de história; além de ciências e higiene. Entre os objetivos declarados dos autores deste livro, estão "ajudar o melhoramento da família; desenvolver o espírito de comunidade e incentivar o trabalho nos meios rurais e urbanos brasileiros".

Para a 4ª fase (correspondente ao 3º ano primário), o livro *O homem e o saber* (1967-1968) trazia textos de ciências naturais e estudos sociais. Na 2ª parte, alguns conceitos emitidos pela ABC ajudam a compreender seus propósitos de referências. No segmento chamado "Grupos e classes sociais", por exemplo, lê-se:

As classes sociais têm seus órgãos de representação. Sindicatos, associações, ordens e outras. As cooperativas são criadas para o bem-estar da classe. As classes e grupos sociais podem viver acomodados, em competição, ou em conflito. A competição ajuda a organização social. O conflito gera a desordem social. As reivindicações podem ser justas, mas conseguidas pelo direito e sem quebra da ordem social. É necessário existir controle para manter a ordem social e política da sociedade. Tal controle social não deve privar o homem do seu direito de liberdade e expressão do pensamento.

A Cruzada queria que seus alunos mais adiantados participassem de um sindicato (associação, cooperativa) ordeiro, controlado e assistencialista. Após a extinção dos sindicatos e dos sindicalistas contestadores, o caminho estava livre para a organização comunitária dos trabalhadores que, entre outras coisas, visava "manter a ordem social e política da sociedade". Implícito estava o combate à ideia de sindicatos fortes ou de ligas camponesas, ou, ainda, organizações sob influência de ateus/comunistas. A dissimulação do tipo de propósito da ABC foi feita no sentido da aparência de "neutralidade" e apoliticidade de suas idéias e mensagens.

Ainda neste mesmo livro, o aluno da penúltima fase da ABC encontrava um texto sobre o Estado.

O Estado moderno é uma sociedade dividida em governantes e governados, ele exige que no seu território todos reconheçam sua autoridade. O Estado é uma sociedade, como a igreja, ou o sindicato, ao qual todos estão subordinados, obedecendo a sua vontade expressa em lei. Todas as atividades humanas estão sob seu controle (...) [e] O Estado exige das pessoas, que colaborem com ele, pagando impostos, servindo nas Forças Armadas, respeitando o dinheiro alheio,

colaborando com os poderes públicos. Todos têm o dever de ajudar o Estado nas suas obras, cumprindo suas obrigações e deveres, pois o bem-estar social e econômico depende não só do governo, como do povo.

O Estado vigente coadunava-se aos propósitos da Cruzada ABC. Características de atuação política: autoritário, subordinante, controlador, colaborador. Também no material didático utilizado, a reciprocidade de interesses e ações entre o Estado brasileiro e a ABC era notória.

Na 5ª fase, o conteúdo principal estava concentrado (com exceção de Matemática) no somatório de outras dezenas de textos em *O mundo e o homem* (1968). Uma de suas lições versava sobre cidadania e nacionalismo. Na definição do segundo item, os autores preocupavam-se em disseminar, entre seus professores e alunos da última fase, ideias contrapostas aos protestos antinorte-americanos que se repetiam em diversos pontos do País, liderados por estudantes, inclusive protestos antiABC (em função de suas origens e lideranças). Outros textos da parte de estudos sociais dão idéia geral sobre os assuntos que a Cruzada levava aos seus concluintes, já a partir de seus temas/títulos: "Direitos e deveres dos cidadãos"; "Organizações internacionais"; "A convivência humana"; "Que é economia?"; "Como se produzem as riquezas?"; "Como se repartem as riquezas?"; "Que é consumo?"; "Qual é o papel do homem na produção?"; "Economia nacional e economia regional". Como pano de fundo desses temas, a opção política explícita pela "economia capitalista liberal, de mercado", tão ao gosto dos protestantes (e dos técnicos) norte-americanos que chefiaram a Cruzada. Um dos textos, por exemplo, diz que:

Mas para que se produzem as riquezas? Para serem consumidas, é claro. A produção depende do consumo e o consumo depende da produção. As indústrias produzem suas riquezas para o nosso benefício. Cada pequeno objeto que usamos é uma riqueza produzida para nós. Quando trabalhamos estamos produzindo as riquezas que contribuem para o desenvolvimento.

Em outra passagem, mais catequese capitalista-protestante.

Há pessoas que consomem sozinhas uma produção que serviria para cem pessoas ou mais. Isto acontece principalmente em relação ao uso imoderado dos bens de consumo. Os bens que existem são produzidos

para as nossas necessidades e não para a nossa vaidade. O luxo é egoísta e sem caridade.

Como se pode notar, as publicações (cartilha, livros, manual do professor...), tratam progressivamente dos mesmos temas e conteúdos (que são gradativamente aprofundados). Trazem consigo os valores e ideias que os missionários protestantes e os técnicos da ABC trouxeram para o Brasil, dentro do vasto programa de colaboração explícita e de intervenção ocorrida, especialmente no Nordeste, antes do golpe de 1964 e, particularmente, depois dele.

7. Os professores e os alunos da Cruzada ABC

A Cruzada ABC, embora tenha planejado um curso total de 21 meses, dividido em cinco fases, teve seu alunado concentrado na primeira e segunda fases, especialmente na alfabetização. A maior parte de seus professores eram alfabetizadores e o restante compunha o quadro dos professores "supletivos" nas demais fases.

No final de 1967, por exemplo, do total de professores, só 14% lecionavam a partir da segunda fase, enquanto os demais atuavam na alfabetização (86%). Na Paraíba, onde a ABC avançou até as fases finais, dos 2.364 professores, 1.827 (77,3%) atuavam na primeira fase, enquanto 537 (22,7%) lecionavam nas demais.

A Tabela 6 apresenta a distribuição dos professores, por Estado, conforme a fase em que atuavam:

Tabela 6

Número de professores por Estado e por fases de ensino da Cruzada ABC (1967)

| Estado | Total | 1ª fase | 2ª fase | 3ª fase | Proj. Esp. |
|------------|-------|---------|---------|---------|------------|
| Paraíba | 2.364 | 1.827 | 170 | 367 | — |
| Pernambuco | 3.725 | 3.104 | 175 | — | 446 |
| Sergipe | 486 | 486 | — | — | — |
| Ceará | 719 | 719 | — | — | — |
| Guanabara | 476 | 476 | — | — | — |

Fonte: Relatório da Cruzada ABC, 1967.

Enfatize-se que, na Paraíba, enquanto nas cidades do interior a Cruzada avançou até a quarta fase, suprimindo a escassez de escolas primárias, na capital concentrou-se quase que totalmente na alfabetização, em função da existência de várias escolas municipais e estaduais.

A seleção dos professores acontecia nos primeiros meses de alfabetização. Aqueles que não se enquadrassem nos propósitos da educação comunitária da ABC eram substituídos. Esses critérios não eram considerados em regiões onde havia escassez de professores, nas quais muitos leigos lecionavam. Nesse aspecto é importante frisar que possuir o espírito religioso-comunitário era decisivo para o recrutamento dos alfabetizadores, assim como dos demais integrantes da ABC.⁸⁹

Ressalte-se que, também para os professores, a mínima demonstração de ideias e atitudes consideradas progressistas ou de esquerda, que se identificassem com a alfabetização extinta em 1964, era o bastante para inviabilizar a entrada ou a permanência na ABC. Havia uma triagem ideológica para os professores e demais integrantes da Cruzada. Nesse sentido, os professores, além de comprovarem "atitudes firmes e seguras" e serem assíduos, deveriam dominar o método e possuir organização no trabalho. Em termos especificamente políticos, os alfabetizadores voluntários precisavam "desenvolver o espírito comunitário do povo, bem como criar, cultivar e fortalecer nele o sentimento altruísta, patriótico, democrático e cristão, através do trabalho".⁹⁰

A partir da celebração dos convênios com os Estados, como foi no caso paraibano, as responsabilidades pela manutenção dos professores-alfabetizadores passaram para os governos estaduais, ficando a Cruzada responsável pelos treinamentos e supervisão do trabalho. Esse processo de recrutamento, treinamento e seleção dos professores voluntários foi duramente criticado pelos técnicos da Sudene⁹¹ que, em 1966 e 1967, supervisionaram o trabalho da Cruzada, constituindo um dos fortes motivos das divergências entre as duas entidades.

Quanto aos alunos da Cruzada ABC, conforme já frisado, sua grande maioria concentrou-se na alfabetização (quase 90% até dezembro de 1967), devendo-se

⁸⁹ Todos os depoimentos colhidos sobre a Cruzada ABC confirmam tal critério.

⁹⁰ Cruzada ABC. "Educação de base". s./d., p. 6.

⁹¹ Parecer do Departamento de Recursos Humanos (D RH) da Sudene, no Processo n. 1.281/1965.

acrescentar que uma parte deles matriculou-se em função da distribuição de alimentos. A partir da suspensão dos alimentos em 1968, a promessa de ascensão social via educação e os exemplos de colegas bem sucedidos, após cursarem a ABC, passaram a ser utilizados como propaganda, no sentido de aumentar as matrículas e evitar a evasão. Os informes de 1969 atestavam certo êxito da proposta, já que a média geral de evasão, naquele ano, não chegou a 13%. As matrículas aumentaram para 300 mil em 1969, o triplo dos alunos matriculados em 1966.⁹² A Tabela 7 apresenta a relação custo/aluno.

Tabela 7
Custo médio nacional por aluno da Cruzada ABC (1968-1969)

| Estado | Nº de alunos | Investimento | Custo anual | Custo por aluno |
|----------------|----------------|------------------|------------------|-----------------|
| Ceará | 23.429 | 299.943 | 377.471 | 37,60 |
| Paraíba | 50.985 | 894.753 | 6000.000 | 32,99 |
| Pernambuco | 4.506 | 105.546 | – | 65,03 |
| Alagoas | 12.632 | 261.276 | 350.000 | 77,00 |
| Sergipe | 8.733 | 161.938 | 144.000 | 56,50 |
| Rio de Janeiro | 74.442 | 986.664 | 2.045.000 | 43,23 |
| Guanabara | 70.477 | 1.740.425 | 2.500.000 | 62,86 |
| Proj. Esp. | 5.000 | 20.000 | 28.000 | 47,10 |
| Total | 250.184 | 4.470.549 | 6.044.471 | 422,33 |

Fonte: Cruzada ABC. *Ano Internacional da Educação*. 1970, p. 14.

Registre-se que a Paraíba detinha o menor Custo Médio Nacional (CMN) por aluno (NCr\$ 32,99), enquanto Alagoas (NCr\$ 77) possuía um custo 133% menor.⁹³

Em 1967, foi feita uma pesquisa em João Pessoa e em Recife, sobre os motivos que levavam os alunos a se matricularem na Cruzada. As principais causas apontadas pelos alunos pesquisados foram: obter conhecimentos; obter trabalho/emprego;

⁹² Relatório da Cruzada ABC (1969, p. 5).

⁹³ Para se ter uma base de mensuração, o salário mínimo em 1969 era de Cr\$ 98,40.

progredir no emprego; obter melhor profissão; progredir na profissão; possuir documentos; tomar-se educado; ler a Bíblia; votar; obter alimentos.⁹⁴

Durante os quase cinco anos de funcionamento, segundo a Cruzada ABC, foram alfabetizados quase 750 mil alunos, distribuídos conforme a Tabela 8:

Tabela 8
Número de alunos alfabetizados pela Cruzada ABC

| Ano | Nº de alunos |
|--------------|----------------------|
| 1966 | 99.877 concluintes |
| 1967 | 164.797 concluintes |
| 1968 | 186.851 concluintes |
| 1969 | 298.422 matriculados |
| Total | 748.947 |

Fonte: *Relatório da Cruzada ABC*, 1969, p. 5.

No primeiro semestre de 1970, 136.920 alunos estavam cursando as várias fases da ABC, prevendo-se a totalização de 300 mil até o final do ano.

8. Os programas especiais da Cruzada ABC

a) Cursos profissionalizantes

Apesar da grande ênfase da Cruzada ABC na alfabetização e na formação profissional dos seus alunos, um estudo realizado pela Cruzada em João Pessoa, em 1970, comprovou várias dificuldades enfrentadas pelos egressos desses cursos, tanto na obtenção de emprego, como na ascensão profissional e salarial. Dos 427 indivíduos pesquisados, 312 (73%) não estavam empregados, enquanto que, entre os que trabalhavam 75% não tinham obtido qualquer aumento de salário ou melhoria de posição. Entre os 115 que tinham emprego, apenas a metade usava seus conhecimentos de leitura e escrita obtidos nos cursos da Cruzada.⁹⁵ Na prática, a ênfase dada pela ABC à "ascensão social via educação" e à melhoria profissional objetivava, além de manter

⁹⁴ Questionário respondido pela Cruzada ABC para a Unesco. Recife, 1970.

⁹⁵ Cruzada ABC "Students of the Cruzada ABC in João Pessoa, Paraíba". Recife 1970 p. 10, pesquisa realizada em conjunto com a University of Michigan.

seu alunado, a continuidade da obtenção de recursos financeiros para custear seus programas tanto por parte dos Estados, como do governo federal.

Para realizar seu projeto de ensino profissional, a ABC propunha as seguintes medidas: a construção de pequenas escolas nas comunidades, nos bairros das capitais e nas cidades do interior, ao invés de grandes escolas centralizadas; a implantação de cursos "de tecnologia acessível e breve aprendizagem"; o uso de uma pedagogia moderna; não oferta de cursos cujas profissões se encontrassem "fadadas ao desaparecimento", devendo-se, nesse sentido, acompanhar a demanda da mão-de-obra.⁹⁶

Os alunos admitidos, após concluírem a segunda fase, passavam por um teste vocacional e de saúde, para compatibilizar a demanda com a suposta capacidade (inclusive física) de realização do curso escolhido. Os professores-técnicos selecionados originavam-se das escolas oficiais de ensino industrial. Eram treinados, experimentados e, depois, contratados em definitivo.⁹⁷

As dez escolas profissionais, na primeira etapa, concentravam-se em Pernambuco (oito) e na Paraíba (duas). A situação dessas escolas, no final de 1960, era a seguinte: as de Peixinhos (Olinda), com três unidades, já funcionavam com 360 alunos divididos entre cursos de solda, marcenaria e serralheria; as duas em João Pessoa, ainda embrionárias, já dispunham de prédios próprios, enquanto as demais, como as de Caruaru e Salgadinho, em Pernambuco, não chegaram a funcionar, apesar das construções em fase adiantada. As escolas, que efetivamente funcionaram, só o fizeram pela intervenção da SEC de Pernambuco.

Na Paraíba, um dos principais entraves teria advindo da própria SEC-PB, na pessoa do secretário Antonio Mariz,⁹⁸ um "não simpatizante da Cruzada", que teria inviabilizado o programa profissionalizante pela ausência de qualquer apoio.⁹⁹ Como "pilotos" chegaram a funcionar cursos de serralheria, solda e marcenaria, como em Peixinhos.

⁹⁶ Ibidem, p. 48.

⁹⁷ Cruzada ABC. "Objetivos da Cruzada ABC" (1965, p. 50). Neste mesmo documento constam os extensos e pormenorizados programas dos vários cursos profissionalizantes.

⁹⁸ O mesmo que enviara um telegrama de apoio e solidariedade ao Presidente Goulart, em 1/4/1964, já citado, e que em 1994 elegeu-se governador da Paraíba.

⁹⁹ Depoimento de Lídia Almeida de Menezes, já citado.

Ademais, confirmando os estudos antes citados, a frequência aos cursos profissionalizantes não implicava em obtenção "natural" de emprego e em ascensão salarial dos empregados, como se pode constatar nos quadros abaixo, correspondentes ao curso de soldador.

Quadro A
Ocupação do formado (antes e depois do curso de soldador)
Recife (Peixinhos) – 1969

| Tipos de ocupação | Antes | | Depois | |
|-----------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | Freq. | % | Freq. | % |
| Nenhuma | 14 | 33,3 | 21 | 50,0 |
| Gazeteiro | 1 | 2,3 | 3 | 7,1 |
| Desamassador | 3 | 7,1 | 2 | 4,7 |
| Serv. de Transp. | 3 | 7,1 | – | – |
| Serralheiro | 3 | 7,1 | – | – |
| Soldador (p/ terc.) | 3 | 7,1 | 6 | 14,3 |
| Soldador (c/ própria) | – | – | 2 | 4,7 |
| Mecânico | 1 | 2,3 | – | – |
| Comerciário | 1 | 2,3 | 2 | 4,7 |
| Outros | 13 | 30,9 | 6 | 14,3 |
| Total | 42 | 100,0 | 42 | 100,0 |

Fonte. Cruzada ABC. Relatório de 1969.

No Quadro A, por exemplo, percebe-se que 33,3% das pessoas estavam desempregadas quando se matricularam no curso de soldador em Peixinhos, Recife, e que após o curso 50% não tinham trabalho; ou seja, além do contingente inicial, mais sete pessoas perderam o emprego depois do curso (de seis meses). E, mais: o relatório da ABC indica que alguns haviam abandonado o emprego para estudar e não

encontraram trabalho após concluírem o curso de soldador.¹⁰⁰ Dos oito soldados formados, três já trabalhavam nesta profissão antes do curso, o que implica que, efetivamente, só cinco conseguiram ocupação depois de formados.

Quadro B
Salário mensal do formado (antes e depois do curso de soldador)
Recife (Peixinhos) – 1969

| Salário (NCr\$) | Antes | | Depois | |
|-----------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | Freq. | % | Freq. | % |
| Nenhum | 15 | 35,7 | 22 | 52,4 |
| 1-49 | 2 | 4,7 | 4 | 9,5 |
| 50-99 | 12 | 28,6 | 8 | 19,0 |
| 100-149 | 8 | 19,0 | 5 | 11,9 |
| 150-199 | 3 | 7,1 | – | – |
| > 200 | 2 | 4,7 | 3 | 7,1 |
| Total | 42 | 100,0 | 42 | 100,0 |

Fonte: Cruzada ABC. Relatório de 1969.

Por seu turno, o Quadro B mostra que aumentou o contingente dos sem-salário após os seis meses cursados: antes do curso era 35,7% e, depois, 52,4%. Além disso, a redução salarial à medida do aumento do valor do salário é notória: na menor faixa (até NCr\$ 49) o número de assalariados dobrou; nas faixas (crescentes) que se seguem (50-99, 100-149, 150-199) registraram-se quedas sucessivas, ou seja, depois do curso, menos pessoas eram assalariadas em cada uma das faixas, inclusive com perdas de empregos. Na última, acima de NCr\$ 200, houve ascensão de apenas uma pessoa, após o curso. Importante colocar, para a verificação de quão baixos eram esses salários, que o mínimo em 1969, ano da pesquisa, era NCr\$ 98,40.

¹⁰⁰ Cruzada ABC. Relatório de pesquisa. Formados e desistentes da primeira turma de soldados da Escola Profissional de Peixinhos (Olinda). Recife, 1969. p. 7.

b) Distribuição de alimentos pela Cruzada ABC

Para uma população marcada por altos índices de subnutrição e de desnutrição, a distribuição de alimentos tinha efeitos práticos e imediatos de significativa repercussão. A Cruzada recorria a esta ação como estratégia de "conquista" das várias comunidades onde atuava. A simples notícia da distribuição de alimentos despertava as atenções em torno da Cruzada. Os alimentos tomavam-se seu "cartão de apresentação" e destinavam-se:

[...] à porção magra e incerta [da população] que mal atende à sobrevivência, criando condições físicas e mentais para a aprendizagem, diminuindo as preocupações quanto à provisão alimentar do dia seguinte e servindo de atração e incentivo para a frequência assídua às aulas [...] e disposição para ir até o fim do curso.¹⁰¹

Para os dirigentes da ABC, só medidas "sensacionais" poderiam iniciar qualquer mudança, diante do seguinte argumento:

Vivendo por gerações em estado de indiferente primitivismo e apatia, grande parte da população nordestina deixou que o conformismo criasse raízes na própria alma do indivíduo e grupo marginalizado. Somente o impacto de um acontecimento sensacional como a distribuição gratuita de alimentos, teria poder suficiente para abalar a rotina de uma existência vaga, inútil e sem sentido para uma arrancada em busca das dimensões mais altas da existência.¹⁰²

Ademais, além de atrair os alunos e a comunidade, a distribuição de alimentos possuía clara conotação política no enfrentamento dos opositores da Cruzada, conforme consta do relatório do Departamento Comunitário:

No início da programação, duas comunidades foram totalmente dissolvidas por contundente ação desagregadora dirigida por extremistas de esquerda. Com a chegada dos alimentos, as duas comunidades foram totalmente recuperadas e incrementadas com (...) a força de esclarecimentos para a mente e de alimentos para o corpo.¹⁰³

¹⁰¹ Cruzada ABC. "Objetivos da Cruzada ABC" (1965, p. 10-11).

¹⁰² Relatório da Cruzada ABC (1967, p. 5).

¹⁰³ Relatório geral do Departamento Comunitário da Cruzada ABC (1967, p. 4).

A ABC sabia que os alimentos abririam as possibilidades de aceitação da pregação da Cruzada, além da adequação à sua proposta de educação de base. A utilização dos alimentos como estratégia para garantir a assiduidade dos alunos, como forma de pagamento dos professores voluntários e, também, do aluguel àqueles que cediam suas casas para as aulas da ABC, gerou diversas críticas.¹⁰⁴ Com base nos dados da Tabela 9, pode-se avaliar a abrangência desse programa.

Tabela 9
Quantidade de alimentos distribuídos pela ABC (1967)

| Gêneros | Quantidade (toneladas) |
|------------------|-------------------------------|
| Leite em pó | 32,2 |
| Aveia | 552,7 |
| Farinha de trigo | 575,6 |
| Feijão branco | 953,0 |
| Óleo vegetal | 1.366,6 |
| Trigo bulgor | 2.275,9 |
| Fubá de milho | 7.229,7 |
| Total | 12.985,7 |

Fonte: Relatório Geral da Cruzada ABC, 1967. p. 5.

Esses quase 13 milhões de quilos de alimentos atingiram 221.700 pessoas, entre abril de 1966 e dezembro de 1967. Provinham dos Estados Unidos, particularmente do programa Food for Peace, da Aliança para o Progresso, sendo adquiridos pela ABC, junto à Usaid – que, desde 1963, mantinha convênio com o governo federal referente ao programa de distribuição de alimentos para merenda escolar. Além dos evidentes benefícios que traziam para seus consumidores nordestinos, apesar de doados, esses alimentos representavam uma série de despesas para o governo federal, para os Estados e para os municípios conveniados, no tocante à armazenagem e ao transporte. Apenas o transporte local (da estação ferroviária aos depósitos) era realizado nos caminhões da

¹⁰⁴ Parecer do DRH/Sudene, já citado.

Cruzada. Os Estados arcavam com a parte substancial da operacionalização da distribuição dos alimentos.

Por outro lado, para o governo dos Estados Unidos e para sua economia, a saída dos alimentos excedentes significava duplo ganho: de um lado, equilibrava os estoques e os preços no nível interno, além de dispensar a armazenagem; de outro, representava um ganho político, no que concerne à minimização das tensões sociais inerentes à precária sobrevivência da maioria da população do Nordeste do Brasil. Mas, os efeitos considerados positivos do programa não impediram as duras críticas, inclusive quanto ao desvio de parte desses alimentos por particulares, além de outras irregularidades (Paiva, 1987, p. 278-282). Todos esses fatores contribuíram para que a Cruzada suspendesse a distribuição dos alimentos em 1968.

9. O trabalho de supervisão na Cruzada ABC

Os trabalhos de supervisão e coordenação dos cursos da Cruzada tinham uma importância central na aplicação da programação, da metodologia e do material didático, bem como nas suas ações políticas. Constituíam o próprio elo entre a direção (nacional, regional, estadual) da Cruzada e seus milhares de alfabetizandos. A supervisão e a coordenação caracterizavam-se pelo exercício diário do controle sobre o desempenho dos alunos e dos professores.¹⁰⁵

A apostilha *Supervisão*, publicada em 1968, especialmente preparada para a normatização do trabalho dos supervisores, destacava-se entre as que compunham a Coleção de Treinamento da Cruzada ABC. Servia de base para os treinamentos e orientação geral do exercício dessa função e definia os seguintes aspectos: conceito, características, objetivos, funções, planejamento, métodos, técnicas e as qualidades do supervisor.

Para a Cruzada, a supervisão educacional deveria:

Abranger não só o professor, suas atitudes, seus métodos, seus objetivos, sua organização de trabalho, como também o aluno, o ambiente, o programa, os materiais de trabalho, estendendo-se ainda a

¹⁰⁵ Depoimentos de Janine Rodrigues e Isolda Ramos, colhidos em 9/7/1996. Depoimentos de Anedite Almeida e Onelice Medeiros, colhidos em 21/7/1996.

todas as demais atividades que giram em torno da educação, da escola, ou seja, do currículo escolar.¹⁰⁶

Como se pode notar, a direção da ABC cuidava para que os supervisores controlassem todo o trabalho ("atitudes, métodos, objetivos, aluno, ambiente, programa, materiais, etc."), fiscalizassem e até punissem. Implícito estava o controle sobre os posicionamentos políticos de professores e alunos. Qualquer "anormalidade" deveria ser relatada, para que se desse uma "solução" imediata e "objetiva". A presença constante dos técnicos norte-americanos reforçava esse controle. O trabalho de supervisão era um dos esteios fundamentais do binômio "intervenção e controle", processo coadjuvado pela distribuição de alimentos e pela intensa propaganda, enquanto processos de "conquista da comunidade".¹⁰⁷

Como pressupostos principais, a supervisão deveria basear-se "num conceito amplo de liderança" sendo, "antes de tudo, um processo social".¹⁰⁸ Nesse sentido, enquanto a "supervisão tradicional" significava "inspeção, com ordens impostas ao professor, pela autoridade", a "moderna" fundar-se-ia na "organização, planejamento e cooperação", conforme as "necessidades daqueles que estão envolvidos". Em que pese a ABC propagar em seus documentos uma supervisão moderna, na prática, misturava características tradicionais e modernas, com forte ênfase na hierarquia de posições, nos funcionários de primeira classe (remunerados) e segunda (voluntários) e na apologia da autoridade.¹⁰⁹

Entre os objetivos específicos do trabalho de supervisão, traçados nos constantes *training*, pode-se destacar:

Treinar os professores na aplicação de novos métodos e processos de ensino; ajudá-los a alcançar melhores relações éticas, sociais, cívicas e culturais; fomentar boas relações entre a escola e a comunidade; aproveitar as atitudes e habilidades e interesses especiais dos mestres

¹⁰⁶ Cruzada ABC. "Supervisão". Recife, 1968. (Introdução).

¹⁰⁷ "Tinha muito americano, aqui. Eles recrutavam, davam treinamento. Em Cajazeiras também tinha. A princípio eu tinha entendido que eram evangélicos, diretores da Cruzada. Os americanos vinham de fora, de Recife. Passavam dois/três dias na região, conversando com as pessoas, falavam muito bem o português, se entendiam muito bem com as pessoas, com os políticos da região. Ficavam em contato com os prefeitos. Depois iam embora. A gente não tinha muito contato, porque era um trabalho feito mais com o pessoal da administração." Depoimento oral de Janine Rodrigues, já citado.

¹⁰⁸ Cruzada ABC. "Supervisão" (1968, p. 3).

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 5.

para rendimento do trabalho docente; despertar no mestre a compreensão de uma boa disciplina e capacitá-lo a mantê-la e velar pela formação de bons hábitos e atitudes nos alunos.¹¹⁰

Para conseguir essas metas, o supervisor tinha a tripla função de "diagnosticar, avaliar e aperfeiçoar", para que as normas da programação planejada, ditadas pela direção, nos treinamentos e na inspeção in loco, fossem rigorosamente cumpridas. Entretanto, a "principal função" seria "aperfeiçoar", o que para a ABC implicava "mudanças de atitudes, aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades". A primeira seria mais difícil porque "mudar atitudes" deveria implicar "mudança de mentalidades".¹¹¹

Com efeito, para a Cruzada, o veículo dessas mudanças seriam as técnicas a serem empregadas pela supervisão: reuniões, visitas, conferências individuais, entrevistas e demonstrações realizadas com professores e/ou alunos.¹¹² Entre as mais utilizadas, estavam as reuniões – sempre rápidas e objetivas – e as visitas de inspeção e de prestação de contas do trabalho programado. Entre essas visitas, as "repentinias", sem nenhum aviso prévio, eram as mais temidas entre supervisores locais, professores e alunos, especialmente aquelas realizadas com a presença da diretora estadual, que "chegava quando menos se esperava e nos lugares menos previstos".¹¹³

Dona Lídia era muito séria. Supervisionava e não avisava quando ia. A gente tava assim, no auge, chegava o carro com dona Lídia. Ia fazer supervisão, conversar com o povo, porque ela tinha essa coisa política de conversar com as pessoas, de ter acesso (...). Ela sabia tudo, não sei como, mas ela sabia de tudo. Quando a gente chegava pra contar alguma coisa, ela ficava bem séria olhando pra você, mas já sabia. Não sei se era por causa da Igreja. A Igreja tava presente em toda essa região, talvez as coisas que aconteciam o pessoal da Igreja falava, não sei. Mas, ela sabia de tudo, de todos os lugares (...). A gente morria de medo de Dona Lídia, mas conversava com ela, queria saber da sua vida, além de se preocupar com esse lado (organizativo). Ela tinha esse laço forte com a gente, chamava cada uma pelo nome. A gente tinha medo dela porque ela cobrava a gente na frente de todo mundo. Às vezes ela fazia cada pergunta, você ficava morta de vergonha!

¹¹⁰ Ibidem, p. 6.

¹¹¹ Ibidem, p. 8.

¹¹² Ibidem, p. 13.

¹¹³ Depoimentos de Janine Rodrigues, Isolda Ramos e Anedite Almeida, já citados.

Tinha essa coisa do medo, mas ao mesmo tempo, quando ela juntava a gente para a recreação, era muito bom!¹¹⁴

A Cruzada ABC requeria "certas qualidades" das supervisoras. Uma "boa supervisora: compartilha autoridade e responsabilidade; contribui para que os professores desenvolvam o espírito de grupo; encoraja e valoriza o professor".¹¹⁵ No início, entretanto, as qualidades principais eram "ser evangélico e confiável", além de demonstrar atitudes e comportamentos condizentes com os objetivos (aparentemente apolíticos) da ABC. À medida que o programa se expandia, como não havia tantos evangélicos em tantos municípios da Paraíba, houve maior abertura. Porém, uma supervisora não continuaria na sua função, sem que "desse provas" de sua confiabilidade e empenho para cumprir as exigências da direção. Essas "provas" começavam a ser dadas nos treinamentos que precediam o exercício de suas funções. Além disso, a remuneração (quatro ou cinco vezes maior que o salário percebido no Estado da Paraíba)¹¹⁶ tinha, como contrapartida, a exigência do cumprimento do que era normatizado. No exercício de suas funções, não era raro a supervisora extrapolar o horário de trabalho, percorrendo as salas de aula "nos confins do interior" paraibano e retomando a um dos quatro núcleos (João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras) pela madrugada, entre outras obrigações.

Entre o cumprimento rigoroso de normas e diretrizes impostas pela direção, periodicamente existiam "reuniões de lazer" que contavam com a presença dos principais dirigentes da Cruzada, como seu presidente, Pierre Dubose.¹¹⁷

No final da apostilha *Supervisão*, assim como em vários materiais da Cruzada, antecipando-se às críticas sobre seu intervencionismo político-religioso-pedagógico, lia-se:

Não há distinção de credo religioso ou político com o trabalho da Cruzada ABC, que oferece educação de base preparada e orientada por brasileiros para brasileiros. Para isso, apela para todas as pessoas

¹¹⁴ Depoimento de Janine Rodrigues, já citado.

¹¹⁵ Cruzada ABC. "Supervisão" (1968, p. 17).

¹¹⁶ Registros dos salários do Estado (Cr\$ 100) e da Cruzada ABC (Cr\$ 480), na carteira profissional de Aneдите Almeida, cujo depoimento (já citado) reforça: "Todo mundo queria ser professor da Cruzada ABC, pelo salário".

¹¹⁷ Várias fotos do arquivo pessoal de Aneдите Almeida atestam a presença frequente do presidente da Cruzada ABC em João Pessoa.

dentro das comunidades a fim de que esses objetivos sejam alcançados, através de um trabalho altamente patriótico.¹¹⁸

A Cruzada, pelo trabalho de liderança das supervisoras, disseminava suas mensagens religiosas e apolíticas, de "patriotismo comunitário", além do "não-intervencionismo", entre seus alunos e professores, e ainda do público externo, apesar de uma série de ações práticas contradizerem essas mensagens.

10. O coordenador/educador comunitário

Uma das questões centrais da ABC, desde seu início, foi o sentido comunitário de suas ações político-pedagógicas, as quais uniam programas educacionais e assistenciais.

A conquista da comunidade¹¹⁹ centralizou as ações da Cruzada em seus vários níveis, da presidência às diretorias, passando pelos trabalhos de supervisão, de coordenação e até dos professores. A distribuição de alimentos e o assistencialismo em relação às "necessidades da comunidade" (habitação, saneamento, saúde, etc.), faziam parte dessa conquista/cruzada.

O planejamento e os treinamentos para essa tarefa incluíam, desde a preparação dos seus integrantes (supervisores, coordenadores, assistentes, diretores) até as leituras de autores norte-americanos – referenciais teóricos dos dirigentes da Cruzada. Uma dessas publicações – *Roteiros sobre áreas de observação da vida comunitária* (Warren, 1965) – propunha um completo rastreamento de todas as características da comunidade que seria assistida, pelas dezenas de perguntas a serem respondidas por seus agentes. As respostas ao questionário agrupavam-se nos seguintes itens: descrição da comunidade; o povo da comunidade; história local; tradições e valores; habitação e aspectos econômicos.

¹¹⁸ Cruzada ABC. "Supervisão" (1968, contracapa). Na bibliografia final desta publicação, um das fontes de referência eram as apostilas da Divisão de Educação da Usaid/ Brasil-NE.

¹¹⁹ "Entendo por Comunidade uma área qualquer de vida em comum, aldeia, povoado, distrito, município, ou mesmo áreas maiores. Uma comunidade é um foco de vida essencial, a vida em comum dos seres sociais (...). A comunidade nos parece, portanto, como o resultado de um equilíbrio constantemente subvertido pelos contatos com o mundo social e cultural em que está imersa e do qual nunca consegue se isolar inteiramente." (Cruzada ABC. Pinto, Augusto (dirigente da ABC). "Coordenador – Educador Comunitário", J968, p. 1-2).

No item referente às "tradições e valores", os coordenadores-educadores comunitários eram instados a investigar e responder às seguintes questões:

É a comunidade dita progressista, conservadora, cooperativista, com conflitos internos, sem interesse industrial, não hospitaleira, tolerante para com pessoas estranhas, sem espírito de comunidade, individualista etc.? Que tipos de acontecimentos locais se tornam rapidamente boatos que são contados de boca em boca em tom de segredo? Que características você acha que a comunidade apontaria com mais frequência naqueles a quem eles estimam e a quem dão prestígio? Há algum costume típico de algum grupo religioso ou outro qualquer? Da seguinte lista de valores brasileiros, avalie a ênfase relativa que a comunidade dá a cada um: liberdade; conformidade; religião; dar um jeito; cordialidade; ajuda ao próximo; democracia (p. 3).

Quanto ao item, "aspectos econômicos", a Cruzada queria saber:

Que melhoramentos necessita a comunidade no que se refere a transporte, eletricidade, água, gás, indústrias, lojas, conservação do solo, técnicas de agricultura, construção de casas, etc.. Que indivíduos ou organizações são capazes de exercer importante influência nas decisões da comunidade em relação ao seu desenvolvimento econômico? Como se exerce essa influência e para que fins? Que iniciativas já foram tomadas para promover o desenvolvimento econômico da comunidade? Quais os resultados? (p. 3).

A publicação mais importante da Coleção de Treinamento da ABC foi o manual Coordenador-Educador Comunitário (1968). Nele estava descrito o que a Cruzada desejava de um coordenador. Em nível local, o coordenador era o representante oficial da Cruzada, recrutando alunos e professores, chefiando a distribuição de material didático e de alimentos dirigindo o trabalho de supervisão. Cabia a ele estabelecer os contatos políticos locais e, não raramente, os "conchavos" com líderes oficiais ou não que rendessem dividendos eleitorais. Sua atuação tanto podia tornar adequada e eficiente a distribuição de alimentos, como contribuir para desvios, usos políticos ou outras irregularidades.

Buscando a participação, "considerada a mola da comunidade", o coordenador deveria integrar-se (ou estar integrado) como líder comunitário e, sobretudo, como "operário do bem-estar" (Warren, 1965, p. 5-7).

O primeiro dever do agente incentivador é impor-se ao grupo comunitário, captar-lhe a confiança. Daí a vantagem de começar o seu trabalho por um problema (educação-alfabetização), cuja solução lhe dará prestígio para suscitar problemas outros que ele não pode ignorar – deficiências sanitárias, falta de higiene na manipulação de alimentos, iluminação e aterro de ruas esburacadas, e tantos outros (p. 7).

Para tanto, ao coordenador-educador comunitário eram recomendadas certas técnicas de abordagem, ao iniciar o contato com uma comunidade. Este deveria iniciar-se sempre "de cima para baixo". Ou seja, em primeiro lugar, eram contatados os líderes oficiais (prefeito, sacerdote, juiz, delegado, coletor, diretor do ginásio, diretora do grupo escolar, etc.); depois, os líderes não-oficiais, colhendo informações, mas "escutando muito e perguntando pouco", além de omitir-se principalmente em matéria política. Embora a ABC instruisse, em suas publicações, seus "operários do bem-estar" a não se imiscuir na política local, essa era uma das suas principais atividades práticas. Sua escolha já era política, em conformidade com as lideranças políticas da comunidade. O trabalho político-assistencial buscava, além da projeção da Cruzada, a convergência com os líderes políticos locais, inclusive em relação aos seus interesses eleitorais.

11. As críticas e as redefinições da Cruzada ABC

A Cruzada ABC procurou adaptar-se ao regime pós-1964. Em face dessa postura, era alvo de críticas por apoiar as intervenções dos governos militares e também a "ação imperialista" norte-americana. Ademais, a ABC foi constantemente criticada pelos técnicos da Sudene, encarregados de sua fiscalização técnico-pedagógica.

Diante das críticas, tanto de ordem política como pedagógica, a Cruzada buscou reforçar algumas posições e redefinir outras. Na revisão das suas ações pedagógicas, uma das preocupações básicas foi enfatizar seu caráter permanente, em contraposição à noção de "campanha de alfabetização como algo emergencial e terminal.

A definição preconceituosa e inferiorizadora do analfabeto adulto nordestino foi remodelada: o adulto precisava tornar-se produtivo e promover sua própria subsistência, transformando-se em uma "força de trabalho". Em lugar das propostas reformistas que galvanizaram uma parcela da opinião pública antes de abril de 1964 – nas quais a educação teria papel fundamental de conscientização política para alterar as estruturas sociais brasileiras –, o que deveria presidir as ações educacionais era a "integração

social ao processo de desenvolvimento", sem qualquer alteração dos padrões do capitalismo vigente.

Em seu projeto de alfabetização funcional e educação continuada de 1968, a Cruzada ABC definia a educação como instrumento de desenvolvimento, fator de mudança social e instrumento de compreensão internacional e de paz entre os membros da ONU, da qual a Unesco é o braço educacional. Em suma, pregava-se "educação (funcional e continuada) para a modernização". Nessa concepção, assim eram definidos os analfabetos funcionais:

Os indivíduos que possuem limitadas competências em algumas habilidades da leitura e da escrita, mas que não as possuem em quantidade suficiente para funcionarem desembaraçadamente no mundo da comunicação escrita. Estas pessoas podem saber associar seu nome, ler algumas palavras, ou mesmo dominar alguma das competências da leitura, mas são deficientes em outras. Por exemplo, o indivíduo pode decodificar com relativa perfeição e não compreender o que leu. Outro pode responder ao sentido de um parágrafo pelo reconhecimento das palavras-chave e não ser capaz de ler todas as palavras daquele texto. Outro ainda pode dominar os aspectos acima e não ser capaz de escrever. Em todos esses casos nós classificaríamos os indivíduos como analfabetos funcionais.¹²⁰

Como se observa, a ABC considerava analfabetos funcionais todos os que não compreendiam a leitura de um jornal (comum) ou não eram capazes de escrever uma carta (simples). Implícitas nessas definições da ABC estavam críticas ao Método Paulo Freire que, por sua velocidade (40 horas), não passava de uma alfabetização inicial e, portanto, não-funcional. Para a ABC, os "alfabetizados em 40 horas" não passavam de analfabetos funcionais.

A alfabetização clássica não habilitava os indivíduos para sua integração na sociedade e, no caso brasileiro, num processo de modernização rápida. No mínimo, eles precisariam ter um nível de competência equivalente ao curso primário regular, que a Cruzada se propunha a ministrar em, aproximadamente, dois anos.

No entanto, havia um componente no processo de alfabetização que era julgado fundamental: o interesse da clientela a ser atingida e o empenho de sua comunidade ao enfrentar a difícil tarefa de alfabetizar e integrar social e produtivamente os egressos de

¹²⁰ Cruzada ABC. "Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada". 1968, p. 2.

seus cursos. Nesse aspecto, o conceito de funcionalidade, de utilização do aprendizado, de uso continuado dos conhecimentos adquiridos por parte do indivíduo, para desenvolver-se pessoalmente e no trabalho, norteava o discurso da ABC e direcionava sua prática. Para isso, haveria um só ponto de partida:

Toda a planificação de projetos educacionais deve ser feita baseando-se no conhecimento das populações clientes, seus costumes, crenças, tradições, superstições, atitudes, ideias e, mais ainda, nas suas necessidades conforme elas próprias sentem.¹²¹

Como uma das conclusões da reunião de líderes da Cruzada, em Garanhuns (março de 1968), a redefinição de conceitos operacionais era diretamente proporcional às adaptações pelas quais a ABC passava. Em primeiro lugar, a Cruzada queria, efetivamente, ser um programa e não mais uma campanha. Em segundo, o adulto a ser atingido passou a ser caracterizado como "aquele de quem sua comunidade espera autodeterminação, autonomia e produtividade".¹²² Para efeito de formação das classes, os alunos na faixa etária entre 12 a 17 anos seriam considerados adolescentes, e adultos aqueles com idade acima de 18 anos.

Na operacionalização de suas redefinições, a educação de adultos continuava a ocupar posição central, conceituada em dois campos: o da "alfabetização funcional" e o da "educação continuada". A primeira compreenderia: alfabetização, educação primária, formação profissional e educação comunitária; a segunda seria "aquela que se segue à alfabetização funcional e permite ao adulto" a integração ao mercado de trabalho.¹²³

Na reunião dos líderes da ABC, a diretora estadual na Paraíba propôs também a reformulação do conceito de "voluntariado", com base nas experiências desenvolvidas em seu Estado.

O sistema de uso do professorado voluntário foi instalado na Paraíba, sem a participação oficial da Secretaria de Educação porque tínhamos enquadrar um serviço na Secretaria que estivesse sujeito a fracassar. Depois que a Cruzada ABC instalou o plano piloto nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, acompanhamos durante cinco meses de

¹²¹ Ibidem, p. 4.

¹²² Desapareceram do discurso da ABC os "famintos, subnutridos, desempregados como anteriormente eram caracterizados os analfabetos.

¹²³ Cruzada ABC. "Objetivos do Currículo". Recife, s/d, p. 8-9.

perto o desenvolver de programa comunitário e mediante os grandes resultados obtidos, nos convencemos plenamente do valor do ensino ministrado pelos professores voluntários. Por isso, em 1967 a Secretaria da Educação propôs à Cruzada ABC a reformulação do convênio e enquadrou todo o serviço comunitário dentro do seu programa educacional de base. Hoje, o Secretário de Educação e a Cruzada operam juntos em todo o serviço de Educação de Adultos do Estado da Paraíba.¹²⁴

No entanto, apesar dos resultados obtidos e das operações conjuntas da SEC-PB e da Cruzada, a líder identificava problemas de três ordens: apesar da recomendação da Cruzada para a não contratação de professores leigos, "muitas vezes eles (supervisores e coordenadores) permitem que pessoas sem o curso primário completo instalem classes como alfabetizadores"; "a falta de continuidade imediata de uma fase à outra"; a necessidade até nas 3ª e 4ª fases, em determinadas localidades, de contratação de professores leigos por absoluta falta de professores formados.¹²⁵ Ao finalizar sua exposição escrita, Lídia Almeida destacou o maior entre os elogios frequentemente tecidos pelo governador da Paraíba à Cruzada

[...] é que ela se propôs, através do Serviço Comunitário, a fazer um trabalho até hoje não realizado, que é o de despertar a comunidade a cooperar e participar voluntariamente no seu desenvolvimento.¹²⁶

Aparentemente, os demais líderes da ABC aceitaram essas ponderações, já que foram inclusas no documento final do encontro. Ponto principal: "só o professor voluntário consegue arregimentar alunos realmente motivados para suas classes". Por isso, "reconhece-se ser imprescindível a colaboração do voluntariado". Sob esse prisma, as recomendações incidiam sobre os seguintes pontos:

a) as comunidades devem ser sempre instaladas com professores voluntários; b) recomenda-se uma pesquisa sobre a significação pedagógica e econômica do voluntariado para o sucesso do programa; c) em comunidades onde o problema com o voluntariado se apresenta como insolúvel (...) deve-se partir para a remuneração de professores.¹²⁷

¹²⁴ Cruzada ABC. "Encontro de líderes da Cruzada ABC". Garanhuns, 1968. p. 15.

¹²⁵ Ibidem, p. 16.

¹²⁶ Ibidem, p. 16.

¹²⁷ Ibidem, p. 23.

Na utilização de professores voluntários, os líderes da Cruzada deveriam atentar para que fossem atendidas as seguintes exigências:

a) tenham eles, pelo menos, o primeiro ciclo ginásial completo; b) consigam-se com governos convenientes certificados que garantam pontos em concursos públicos específicos, pontos que aumentem à proporção do aumento de turmas trabalhadas; c) distribuam-se bolsas de estudos e material didático entre os mesmos; d) cuide-se seriamente de cumprir promessas feitas a professores voluntários; e) dê-se o máximo de assistência humana aos voluntários, especialmente com: reuniões periódicas, seminários de retreinamento e programas sociais.¹²⁸

Tudo o que havia sido recomendado ao voluntariado deveria, segundo o entendimento da ABC, estender-se às ações do Departamento de Educação Comunitária.

Deve-se registrar que, no rol das redefinições de conceitos e ações de 1968, o destaque dado às proposições da diretora paraibana atestava sua condição de uma das principais líderes da ABC.

12. Propaganda, realizações e dificuldades da Cruzada ABC

Uma das preocupações permanentes da Cruzada ABC foi divulgar seus programas e suas realizações, inclusive internamente. Na Paraíba, a direção estadual procurava manter seus alunos, professores, funcionários e o público externo, em geral, informados sobre o andamento do programa e suas "conquistas".

Num dos vários informes, chamado de *Notícias*, enfatizava-se que "a Cruzada ABC e a SEC-PB se propuseram a estabelecer, no Estado da Paraíba, um programa modelo de educação de adultos para todo o Brasil",¹²⁹ que ambicionava alfabetizar quinhentos mil paraibanos até 1970.

Em termos de execução, a Cruzada destacava a "grande popularidade" do programa:

¹²⁸ Ibidem, p. 23.

¹²⁹ Cruzada ABC. "Notícias". João Pessoa, s/d. p. 3. Pelos informes que contém, foi publicado em 1968.

1) os alunos são alcançados onde estão de acordo com a sua situação, são instaladas classes de alfabetização nos seus próprios lares, a campanha é popular; 2) o povo está sendo convidado a participar do programa e o convite feito está sendo correspondido temos mais de três mil professores ensinando gratuitamente, tendo como um dos alvos a Ação Comunitária.¹³⁰

Em 1966, a ABC noticiava a alfabetização de "22.320 alunos espalhados em 119 municípios, desses, 20 mil já estão cursando a 2ª fase de aprendizagem". Em 1967, segundo os dados da ABC, haviam sido alfabetizados "mais de 60 mil alunos".¹³¹ No informe final das *Notícias*, a direção paraibana divulgava o "melhor dos programas da ABC":

Dentre todo o trabalho que vem executando, o Estado da Paraíba é que tem dado melhores resultados: no número de adultos alcançados; no nível – já ensinou a 3ª fase e estão iniciando a 4ª fase; na assistência técnica – a supervisão organizada e distribuição em todo o Estado; a participação objetiva do Estado, que além de administrar o programa entra com 50% de todas as despesas. Diante de pesquisas feitas em todo o país, não há um programa de Educação de Adultos que supere o que a Paraíba vem executando.¹³²

Além disso, a Cruzada anunciava sua expansão, registrando a colaboração de setenta estudantes universitários, de vários cursos, durante as férias. Esses universitários iriam ministrar cursos de "cultura básica" para professores leigos e realizar uma pesquisa em todo o Estado sobre a "situação socioeconômica e cultural" que, segundo a ABC, serviria de base para projetar sua expansão, objetivando matricular 200 mil alunos em 1969. Observe-se, entretanto, que existia pelo menos outra forte razão para a Cruzada ABC contar com os trabalhos dos universitários: a tentativa de responder às manifestações que se avolumavam na Paraíba, e em todo o Brasil, como parte dos protestos de universitários e secundaristas contra a interferência norte-americana¹³³ e contra o imperialismo em geral.

Durante uma reunião da Cruzada ABC, na Praia de Candeias (Pernambuco), no final de 1967, ficou decidida a concessão de bolsas para atrair universitários e fazer

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem.

¹³³ A revisão de conceitos e de procedimentos, efetivada a partir de 1968, tentava diluir sua ação intervencionista duramente criticada, apoiando um "nacionalismo moderado" e divulgando a interdependência entre os aliados americanos. (Cruzada ABC. "O mundo e o homem". s./d., p. 86).

deles "mensageiros da verdadeira ABC". A intenção implícita era o convencimento de dezenas de universitários para que veiculassem outra imagem da ABC que não aquela disseminada nos protestos. A presença do presidente da Cruzada, Pierre Dubose Jr., nessa reunião, comprovava a importância que sua direção dava ao problema que precisava ser resolvido, segundo suas palavras, "não importando quanto custa".¹³⁴ Os 25 estudantes recrutados para o 2º Encontro dos Universitários-Funcionários da Cruzada ABC (Candeias, 21/11/1967), entre os quais oito paraibanos, deveriam multiplicar as diretrizes da entidade e recrutar colegas para o trabalho. Estes eram os objetivos elencados:

Tornar nossos universitários amigos ou mais amigos da Cruzada ABC; tirar dúvidas que eles, porventura, tenham quanto aos reais objetivos da Cruzada ABC; criar, assim, ambiente para a Cruzada ABC no meio universitário onde ela atue, uma vez que, no próximo ano funcionaremos também com uma Faculdade e dar condições a que tenhamos, no futuro, um bom número de pessoas do nível universitário em nosso trabalho, especialmente, contribuindo para o melhoramento do nosso método e currículo.¹³⁵

Uma das observações finais do documento citado alertava: "devemos apresentar candidatos em quem possamos confiar".

Embora a ABC propagandeasse uma imagem "sem falhas, suas dificuldades na implantação de um amplo programa, por toda a Paraíba, eram imensas e não fugiam à regra conhecida: a ausência de pessoal qualificado que pudesse dar conta de tantos municípios (e sítios, povoados, vilas, distritos) e numerosas salas de aulas. Internamente, sua diretoria não poupava críticas e as avaliações da diretoria buscavam corrigir falhas e superar dificuldades.

No final de 1967, uma reunião de diretores em Campina Grande identificou os "pontos negativos" e os "pontos positivos" quanto ao serviço (prestado e contratado) e sobre o material didático utilizado. Em relação ao professor voluntário, por exemplo, os pontos negativos apontados foram: "falta de capacidade do professor recrutado para o trabalho voluntário"; "pouca exigência dos supervisores no curso de treinamento para a primeira fase"; "falta de responsabilidade da maior parte dos professores voluntários no cumprimento do dever assumido com a comunidade". Entre os professores contratados,

¹³⁴ Depoimento de Anedite Almeida, já citado.

¹³⁵ Documento final do 2º Encontro de Universitários da Cruzada ABC, Candeias (PE), 21/11/1967.

ainda de acordo com a avaliação dos diretores, havia: "alguns deficientes e com pouco interesse pelo ensino"; "inobservância do método por falta de supervisão constante"; além da "substituição de alunos depois do prazo estabelecido para não perder a classe".¹³⁶ Quanto às diferenças positivas entre os contratados e os voluntários, a ABC, destacava, em relação aos primeiros: "podemos exigir o máximo no cumprimento das responsabilidades assumidas perante o Estado"; "comumente há mais interesse e rendimento no ensino"; "melhor seleção de professores".¹³⁷

Quanto à aplicação do material didático na primeira fase, dois problemas foram apontados: o período curto (três vezes por semana, aulas de 90 minutos) que tornava a aprendizagem mais demorada e, por isso, as classes voluntárias funcionavam por seis meses, antes da aplicação do teste de aprendizagem. Na segunda fase, a "falta de material didático em tempo hábil nas mãos dos professores" era apontada como ponto negativo. Já com relação à terceira fase, eram preocupantes os seguintes problemas: o programa didático era considerado "muito alto para o nível do professor que dispomos, especialmente os da zona rural" e, ainda, "os alunos encontravam grandes dificuldades para acompanhar a terceira fase, em virtude de grande parte dos assuntos serem inadequados ao seu meio ambiente".¹³⁸ Além disso, segundo os diretores da ABC paraibana, grande quantidade de livros tomava-se empecilho ao aproveitamento didático. Por fim, uma constatação preocupante: "70% dos professores da terceira fase revelaram-se incapazes de dar continuidade no programa da quarta fase".¹³⁹

A exemplo da Ceplar e do Sirepa, a Cruzada ABC tinha nos seus quadros de professores voluntários e, mesmo, nos contratados, um ponto de quase estrangulamento de todo o processo pedagógico. Assim como as outras duas campanhas, teve que investir em constantes treinamentos que, no entanto, se revelavam insuficientes – uma vez que o número de professores crescia em função da expansão da ABC para toda a Paraíba.

Não obstante, embora as sucessivas críticas tivessem por objetivo a melhoria do programa da ABC na Paraíba, essas apontavam os obstáculos que vieram a contribuir para as crises e o posterior encerramento da Cruzada.

¹³⁶ Documento da reunião de diretores da Cruzada ABC. Campina Grande, 9/11/ 1967.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Ibidem, p. 2.

¹³⁹ Ibidem, p. 3.

13. Os obstáculos, as crises e a extinção da Cruzada ABC

Como foi visto, no pós-golpe de abril de 1964 precisamente a partir de 1966, a Cruzada ABC tomou-se um programa do governo brasileiro, encarregado de substituir e combater, em termos políticos e pedagógicos, os programas existentes antes do golpe de 1964. Por suposto, suas ações deveriam ser facilitadas pelos organismos do Estado brasileiro. No entanto, desde o seu início, obstáculos foram impostos por esses órgãos "facilitadores", como foi o caso da Sudene. Além das críticas à atuação político-pedagógica da ABC, também foram criticados os custos do programa, considerados exagerados. A animosidade entre os técnicos da Sudene e a direção da Cruzada ABC chegou ao ápice quando a Superintendência, reafirmando as críticas, recusou-se a liberar parte substancial das verbas destinadas ao cumprimento de sua programação.

A respeito desse episódio, o presidente da Cruzada ABC justificou:

Devido às dificuldades encontradas com os técnicos de Recursos Humanos da Sudene, que fizeram oposição ao programa desde o seu início, em termos políticos, filosóficos, educacionais, religiosos e, finalmente, pessoais, foi forçada a transferência da responsabilidade da supervisão técnica e financeira da Cruzada, para o Ministério do Planejamento e para o Banco Central.¹⁴⁰

Mesmo com as verbas concentradas no Miniplan e no Banco Central, a participação técnica da Sudene não cessou no novo convênio firmado pela ABC. Desejava a Cruzada uma aplicação de quase nove milhões de cruzeiros novos, enquanto os técnicos da Sudene, não escondendo suas conhecidas críticas, recomendavam gastos, no máximo, da terça parte do valor solicitado.¹⁴¹ Se o "clima" Sudene-ABC já não era amistoso, os novos pareceres agudizaram ainda mais as tensões. Segundo a Superintendência, quaisquer que fossem os caminhos pedagógicos adotados pela ABC, esta não tinha se estruturado administrativamente para cumprir seus propósitos declarados. Mesmo assim, a Cruzada firmou novo convênio, no final de 1966, com o Miniplan e a Usaid, passando "por cima" dos pareceres da Sudene.

No entanto, desvencilhar-se dos vetos da Superintendência não constituiu obstáculo único da ABC. A liberação da segunda parcela dos oito milhões de cruzeiros

¹⁴⁰ Relatório da Cruzada ABC (1967, p. 2). Justificativa de Pierre Dubose Jr., presidente.

¹⁴¹ Parecer do DRH/Sudene (13/7/1967, p. 3-4).

novos conveniados com o Miniplan e a Usaid, estava condicionada à apresentação de um relatório detalhado sobre a aplicação da primeira parcela (quatro milhões) liberada no final de 1966. Ocorre que a Comissão de Cooperação da Aliança para o Progresso e o próprio governo brasileiro, por intermédio do Banco Central, que repassaria a segunda parcela, discordaram das aplicações financeiras realizadas pela ABC e liberaram apenas 10% da segunda parcela.

A esse respeito Paiva (1987, p. 276-278) esclarece:

As dificuldades enfrentadas pela Cruzada ABC, principalmente a partir de 1968, referiam-se fundamentalmente aos recursos financeiros para a manutenção do programa. Entretanto, a própria programação e orientação da Cruzada era violentamente criticada – seu material didático, sua atuação comunitária, sua escassa rentabilidade, seu alto custo-aluno, sua concepção de analfabeto como incapaz, sua orientação estrangeira; e tais críticas associadas às acusações de falta de probidade no emprego dos recursos, refletiram-se nas suas possibilidades de conseguir novos empréstimos e novas doações. Além disso, como os recursos doados à Cruzada eram provenientes de empréstimos-programa, eles tendiam a desaparecer na medida em que as despesas com educação de adultos eram incorporadas ao patrimônio da União (...). As falhas na comprovação dos gastos serviram para desprestigiar o programa em muitos setores da administração federal brasileira e dificultar o recebimento de verbas. Os atrasos dos recebimentos, por outro lado, provocavam o desprestígio do programa nos Estados, pela impossibilidade da Cruzada cumprir os compromissos assumidos.

Diante dos protestos da direção da Cruzada, ainda contando com a interferência da Usaid e da análise das suas prestações de contas, a liberação de verbas em diversas cotas foi gradativamente acontecendo.

Paralelamente à resistência do Miniplan e do próprio Ministério da Fazenda, e ainda à liberação parcelada (e vagarosa) das verbas conveniadas, a ABC conseguiu estabelecer novo convênio, diretamente com o MEC, para cobrir suas atividades de 1968. Esses impasses chamaram a atenção de outros órgãos do governo brasileiro, diante das vultosas quantias conveniadas. Além disso, o próprio Senado norte-americano enviou representantes para "ver de perto" as ações da ABC nos Estados da Paraíba e de Pernambuco.¹⁴²

¹⁴² Depoimento de Lidia Almeida de Menezes, já citado.

Os problemas da Cruzada agravavam-se. A própria Usaid já não a apoiava com a intensidade inicial. Os conflitos da ABC por verbas e as desconfianças sobre suas aplicações haviam desgastado a agência norteamericana diante do governo brasileiro. As Secretarias de Educação dos Estados conveniados, a exemplo da Paraíba, para agravar ainda mais os impasses, mostravam-se insatisfeitas com a contrapartida financeira, dificultando o repasse local de verbas compromissadas.

Os resultados de todos esses impasses e obstáculos desembocaram em 1969 numa crise sem precedentes. No mês de maio, a imprensa noticiava: dois mil professores na Paraíba e em Pernambuco estavam prestes a serem dispensados, prejudicando oitenta mil alunos, por falta de pagamento, atrasado há seis meses.¹⁴³ Pouco tempo depois, a manchete jornalística noticiava: "A Cruzada ABC ameaça fechar por falta de pagamento". O artigo informava que os funcionários da ABC, na Paraíba, estavam dispostos a paralisar suas atividades.¹⁴⁴

O ano de 1970 marcaria o fim da ABC. Minando as últimas resistências da sua diretoria, várias dívidas com entidades públicas e particulares avolumavam-se. Só na Paraíba a dívida da Cruzada Com o INPS era superior a Cr\$ 300 mil. Parte dessa dívida foi paga com terrenos, salas e prédios, totalizando mais de Cr\$ 1 milhão e 500 mil.¹⁴⁵

O encerramento da Cruzada ABC delineou-se, no final de 1970, quando seu principal mandatário, Pierre Dubose, foi demitido e obrigado a retornar aos EUA. Segundo versões não confirmadas, o ponto crucial da demissão teria sido um adultério cometido pelo presidente,¹⁴⁶ fato que inviabilizava sua permanência à frente da religiosa Cruzada. Embora tenha assumido a presidência Jule Spach, um dos mais importantes líderes da ABC, o programa estava fadado a extinguir-se. Numa das últimas reuniões da direção geral, houve consenso no sentido de que "o mais aconselhável seria

¹⁴³ *O Norte*, 31/5/1969.

¹⁴⁴ *O Norte*, 8/6/1969.

¹⁴⁵ Relatório da diretoria à Assembléia Geral da Cruzada ABC, dezembro de 1970.

¹⁴⁶ "A Cruzada teve uma grande crise. O diretor geral, Pierre Dubose, mentor da cruzada e do apoio financeiro norteamericano (das igrejas), entrou em dificuldades (...), perdeu credibilidade e as verbas foram cortadas. Era o fim de 1969 e a crise afetou todo o trabalho.

A ABC tinha projetos de se tornar um movimento nacional e teve recursos para isso." (Depoimento de Lídia Almeida de Menezes, já citado).

dissolver a entidade a partir de 1º de janeiro de 1971, procedendo-se à sua liquidação na forma da lei e dos estatutos sociais".¹⁴⁷

Na Paraíba, segundo uma supervisora, a notícia causou perplexidade:

Estávamos trabalhando normalmente, ela (Dona Lídia) chamou todo mundo pra uma reunião. Aí ela disse que daqui há mais um tempo a Cruzada ia acabar. Mas a gente tinha um tempo pra fechar todas as coisas. A gente voltou arrasada. Ninguém entendia porque a Cruzada ia acabar, a gente explicava para os prefeitos, os professores, alunos, ninguém entendia. Até que chegou o dia. Fomos chamados à tesouraria e fomos indenizadas. Isso já é 1970.¹⁴⁸

Entretanto apesar de todos os seus problemas sobrevivência, a Cruzada tinha planos para a década de 1970 ou, pelo menos, a partir de 1970 a 1972. Queria alfabetizar mais 300 mil adolescentes e adultos em 1970 e atingir 1 milhão e 100 mil até 1972. Para isso propôs uma atuação conjunta com o Mobral. Na conclusão do documento-proposta, apelava.

Encaminhamos o presente plano, que poderá ser implementado pelo MEC-Mobral, através de convênio com a Cruzada ABC, que só assim terá condições de honrar os convênios já em andamento e aprovados pelo Mobral, e propor as respectivas contrapartidas aos demais convenientes. Fazemos sentir a urgência de uma tomada de posição à vista do adiantado do ano, sem que tenhamos ainda, podido comunicar oficialmente aos convenientes, qual será nossa participação esse ano.¹⁴⁹

Embora a resposta do governo federal a esse apelo fosse negativa e selasse o término da Cruzada ABC, segundo a diretoria paraibana, esta contribuiu para a viabilização do Mobral.¹⁵⁰

A ABC foi embrião do Mobral. Eu estive em reuniões no MEC, encontros nacionais para desencadeamento de um movimento nacional de alfabetização, levando nossa experiência e a nossa contribuição. Eles (técnicos do MEC) nunca se negaram a admitir o valor do trabalho da Cruzada ABC. Até, uma das vezes, publicaram um estudo meu sobre psicologia da educação de adultos. Usaram e aproveitaram até a metodologia, as cartilhas. A Cruzada deu um

¹⁴⁷ Relatório da diretoria à Assembléia Geral da Cruzada ABC, antes citado, p. 7.

¹⁴⁸ Depoimento de Janine Rodrigues, já citado.

¹⁴⁹ Cruzada ABC. Ano Internacional da Educação. 1970, p.15.

¹⁵⁰ Relatório da diretoria à Assembléia da Cruzada ABC, op. cit., p.16.

grande avanço, foi uma grande motivação para alfabetização de adultos no Brasil.¹⁵¹

A Cruzada ABC foi sinônimo de "invasão e conquista da comunidade", por seus agentes – que, por sua vez, se dividiam entre os que, em sua grande maioria, serviam a essa causa "sem ter consciência disso" (professores, supervisores, técnicos, etc.) e os que entendiam perfeitamente a utilidade da Cruzada, tanto em nível local (estadual e municipal) quanto em nível nacional – no qual a ABC foi oficializada pelo Estado Militar como campanha que deveria combater o legado das campanhas anteriores ao golpe de 1964, especialmente as que se alicerçavam no Método Paulo Freire. Na medida da eficácia dessa tarefa inicial de sua expansão, a exemplo da Paraíba, a ABC impôs a sua postura, seu método apolítico, seus procedimentos hierárquicos de máximo controle e vigilância e punição sobre seus agentes, ou seja, se adaptando "como uma luva" aos ditames da Revolução de 1964. As invasões e as conquistas da ABC tiveram três alicerces fundamentais: 1) o Estado Militar, pelo MEC, pelo Miniplan e pela própria oficialização da Cruzada; 2) as igrejas protestantes e parte de sua cúpula, formada por missionários (e técnicos) norteamericanos; e 3) a Usaid.

Referências bibliográficas

Fontes escritas (Cruzada ABC)

A Marcha do Nordeste (2ª fase). Recife, 1966/1967.

Análise da cartilha para adultos – Equipe Debas. Documento interno para estudo. Recife, 1970. Datilografado.

Análise da cartilha "Quero Vencer". Equipe Debas. Documento interno para estudo. Recife, 1970. Datilografado.

Ano Internacional da Educação. Recife, 1970. Datilografado.

Aprender e Vencer (2ª fase). Recife, 1966/1967.

Aspectos da psicologia aplicada à educação de adultos. Recife, 1968. Mimeografado.

Ata da reunião da diretoria da Cruzada ABC. Recife, 1970. Datilografado.

Atribuições do Diretor Estadual. João Pessoa, s./d. Mimeografado.

¹⁵¹ Embora não tenhamos como verificar em profundidade tal afirmativa, registramos a convicção da diretora da ABC na Paraíba.

Audiovisuais e a educação de base (Coleção de treinamento vol.IV, Ilze Gueiros). Recife, 1968.

Autorização para contratos da ABC pelo PNE. João Pessoa, SEC-PB, 1967.

BERGMANN, Miguel. *Sociologia do analfabetismo*. Recife, 1968. Mimeografado.

BONFIM, Pedro Calheiros. *Relatórios sobre o programa educacional da Cruzada ABC – Nordeste*. Recife: Grafic, 1968.

Bons vizinhos (Linguagem – 2ª fase). Recife, 1966. Mimeografado.

Cadernos de Exercícios (2ª/5ª fases). Recife, 1968. Mimeografado.

Cartilha ABC – Manual do alfabetizador. Recife, 1967. Mimeografado.

Cartilha ABC para adultos. Recife, 1966. Mimeografado.

Cartilha Quero Vencer (edição revisada). Recife, 1967.

Cartilha Quero Vencer – Manual do professor. Recife, 1966 e 1967.

Convênio: Governo do Estado da Paraíba x Cruzada ABC. João Pessoa, 1966.

Coordenador – Educador Comunitário. Recife, 1968.

Correspondências e documentos (principais) da Board of World Missions:

- a) do Reverendo Joseph Woody (Secretário das Missões para a América Latina – Diretoria das Missões Norte do Brasil) para o reverendo Pierre Dubose Jr. (20/9/1962) – Academia Hampden Dubose – Zeelmond (Flórida, Estados Unidos);
- b) de Joseph Woody para Edgla de Oliveira (Diretora do Colégio Agnes Erskine (Recife) – (16/7/1962);
- c) de Pierre Dubose Jr. para Ann Pipkin (Secretária da Missão Presbiteriana Norte do Brasil). Recife, (30/4/1963);
- d) de Ann Pipkin para Joseph Woody em 30/5/1963. Nashville (Tennessee, Estados Unidos);
- e) Boletim Informativo da Missão Presbiteriana do Norte. Recife, 1965;
- f) SMITH, William et al. Annual Report of de Board of World Mission of Presbiterian Church. Nashville, Estados Unidos, 1965. p. 105-108.

Cruzada ABC – Documentos (Objetivos da Cruzada ABC, Objetivos do Currículo, Convênios, Programas etc.). Recife, s./d. Mimeografado e Datilografado.

Cruzada Evangélica de Alfabetização – Método Lauback (circular). João Pessoa, SEC/PB, s./d.

Cuidando da saúde (Linguagem – 1ª parte). Recife, s./d. Mimeografado.

Diretores de Áreas (Litoral, agreste e brejo, sertão). João Pessoa, s./d. Datilografado.

Diretrizes para o plano piloto do ensino profissionalizante da Cruzada ABC Recife, s./d. Datilografado.

Educação de base de adultos – Plano global. Recife, 1966-1967. Datilografado.

Encontro de líderes da Cruzada ABC – Programa. Garanhuns, 1968. Mimeografado.

Encontro dos universitários/funcionários da Cruzada ABC. Candeias (PE), 1967. Datilografado.

- Exposição de motivos do anteprojeto do convênio Sudene/Usaid/Agnes. Recife, 1965. Datilografado.
- Família, Comunidade e Trabalho (3ª fase). Recife, 1967/1968. Mimeografado.
- Filosofia do currículo – Departamento de Ensino Básico. Recife, s./d. Datilografado.
- GUIMARÃES, Calvino V. *Psicologia do adulto*. Recife: Cruzada ABC, 1970.
- Informes do Gabinete de Lídia Almeida de Menezes. João Pessoa, s./d. Datilografado.
- Linguagem (5ª fase). Recife, s./d. Mimeografado.
- Linguagem – Prata. Recife, 1967. Mimeografado.
- Livros de Exercícios (2ª/5ª fases). Recife, s./d. Mimeografado.
- Livro de Fonética (2ª fase). Recife, 1967. Mimeografado.
- Manual do professor 1ª/5ª fases). Recife, s./d. Mimeografado.
- Manual dos Escritores. Recife, 1965. Mimeografado.
- Matemática (do 1º a 5º livro/fases). Recife, 1968. Mimeografado.
- Material de expediente do Gabinete de Lídia Almeida de Menezes (comunicados, convites, telegramas etc.). João Pessoa, 1967/1968.
- Melhoramento e ampliação do sistema de alfabetização de adultos no Nordeste do Brasil. Recife, s./d. Datilografado.
- Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica – Convênio (GM 604/66) de 30/9/1966. Miniplan/Usaid/Brasil-Fundação Agnes Erskine. Datilografado.
- Ministério da Educação e Cultura – Convênio entre o MEC e a Cruzada ABC 1967. Datilografado.
- Notícias – "O Estado da Paraíba na vanguarda do serviço de alfabetização de adultos". João Pessoa, 1967. Datilografado.
- Objetivos da Cruzada ABC. Recife, 1968. Mimeografado.
- O Brasil e o mundo – Manual do professor (4ª fase) – Notas para o professor. Recife, s./d. Mimeografado.
- O homem e o saber (Estudos sociais/ciências naturais – 4ª fase). Recife, s./d. Mimeografado.
- O mundo e o homem (5ª fase). Recife, s./d. Mimeografado.
- O NORTE. "Professores da ABC na iminência de ser dispensados". João Pessoa, 31/5/1969.
- O NORTE. "Cruzada ABC ameaça fechar por falta de pagamento". João Pessoa, 8/6/1969.
- O que é a Cruzada ABC. Recife: Ed. Repúblicas, 1968. Mimeografado.
- PAOLUCCI, Berrice *et al.* "Women, families and non-formal learning programs". *In*: Program of studies in non-formal education. Michigan, Michigan State University, s./d.
- Paraíba (4ª fase). Recife, 1968. Mimeografado.

PESSOA, Aretusa G. *Uma filosofia para educação de adultos*. Recife, 1968. Mimeografado.

Plano de Ação da Cruzada ABC. Recife, 1966. Datilografado.

Português Prático. Recife, 1968. Mimeografado.

Programa educacional da Cruzada ABC – NE (Relatórios). Recife, 1968. Mimeografado.

Projeto de alfabetização funcional e educação continuada. Recife, 1969. Datilografado.

Questionário respondido pela ABC para a Unesco – 1970. Recife, 1970. Datilografado.

Reforma dos estatutos sociais – Cruzada ABC. D.O.E./PE, 13/5/1969. p. 4070-4071.

Regimento interno do Departamento de Educação de Base da SEC-PB. Dirigido pela Diretora Estadual da Cruzada ABC. João Pessoa, s./d. Datilografado.

Relatórios das atividades do Departamento Comunitário da Cruzada ABC. Recife, 1965/1966. Datilografado.

Relatório das atividades do Departamento Comunitário da Cruzada ABC. Recife, 1967. Mimeografado.

Relatório da Cruzada ABC (Pierre Dubose Jr.). Recife, 1967. Datilografado.

Relatório geral do Departamento de Currículo e Material Didático da Cruzada ABC. Recife, 1968. Datilografado.

Relatório geral da Cruzada ABC de 1968. (Assessoria de planejamento). Recife, 1969. Datilografado.

Relatório geral da Cruzada ABC de 1969. (Assessoria de planejamento). Recife, 1970. Datilografado.

Relatório da Diretoria à Assembléia Geral da Cruzada ABC. Recife, 1970. Mimeografado.

Reunião de confraternização dos alunos da Cruzada ABC em homenagem ao Governador do Estado (Programa). João Pessoa, outubro de 1967.

Reunião de diretores (conclusões). Campina Grande, 9/11/1967. Datilografado.

Students of the Cruzada ABC in João Pessoa – PB. Description and comparison by phases. Research Department. Recife, 1970. Datilografado.

Supervisão (Coleção de Treinamento – v. 1) – de Georgeta Leal. Recife, 1968.

Sudene. Parecer do DRH sobre o Plano de Aplicação de Recursos da Cruzada ABC (processo nº 1281/65-B). Recife, 1966.

Sudene. Parecer do DRH sobre o Programa de Educação de Adultos da Cruzada ABC (processo nº 1281/65-B). Recife, 1966.

WARREN, Rolland. "Roteiros sobre áreas de observação da vida comunitária" (traduzido e adaptado). New York: Russel Sage Foundation, 1965.

Fontes orais

Pedro Gondim (Governador – 1961/1965) - 3/4/1996 (ao autor) e depoimento ao CPDOC/FGV (1978).

Edneé Dantas (Sirepa) – 13/5/1996 (ao autor).

Antonio Nominando Diniz (SEC-PB) – NDHIR/UFPB (1979).

José Otávio de A. Mello (assessor da Casa Civil do governo estadual) - 6/5/1996 (ao autor).

João Agripino Filho (Governador – 1966/1970) – CPDOC/FGV (1978).

Antonio Augusto Arroxeias (líder estudantil – UEEP) – NDHIR/UFPB (1978).

Francisco de Assis Lemos – (deputado estadual, presidente da Federação das Ligas camponesas da Paraíba) – NDHIR/UFPB e entrevista/debate (com o autor e José Otávio Mello) em 8/7/1996.

Waldo Lima do Valle (SEC-PB, interino) – 23/04/1996 (ao autor).

Lídia Almeida de Menezes (Cruzada ABC) – 15/5/1996 (ao autor).

Manuel Batista de Medeiros – 2/5/1996 (ao autor).

Alice Rolim (Sirepa) – 13/6/1996 (ao autor).

Alice Gadelha (Sirepa) – 27/5/1996 (ao autor).

Edna Tavares (Sirepa) – 4/6/1996 (ao autor).

Onelice Borges de Medeiros (Cruzada ABC) – 2/7/1996 (ao autor).

Anedite Almeida (Cruzada ABC) – 2/7/1996 (ao autor).

Janine Rodrigues (Cruzada ABC) – 9/7/1996 (ao autor).

Isolda Ramos (Cruzada ABC) - 9/7/1996 (ao autor).

Livros citados

CALAZANS, Fernandes; TERRA, Antônia. *40 horas de esperança*. O método Paulo Freire: política e pedagogia n experiência de Angicos. São Paulo: Editora Ática, 1994.

NOVAES, Regina. Os protestantes e os trabalhadores. *Religião e sociedade*, Rio de Janeiro, n. 5, 1980.

WARREN, Rolland. *Studying your community*. New York: Russel Sage Fundation, 1965.